

# Diário do Legislativo de 26/03/2002

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Antônio Júlio - PMDB

1º-Vice-Presidente: Alberto Pinto Coelho - PPB

2º-Vice-Presidente: Ivo José - PT

3º-Vice-Presidente: Olinto Godinho - PTB

1º-Secretário: Mauri Torres - PSDB

2º-Secretário: Wanderley Ávila - PPS

3º-Secretário: Álvaro Antônio - PDT

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

1.1 - 167ª Reunião Especial - Homenagem a Empresa Furnas Centrais Elétricas S.A.

1.2 - 228ª Reunião Extraordinária

1.3 - 229ª Reunião Extraordinária

### 2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

### 3 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Comissão

### 4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### 6 - ERRATAS

## ATAS

ATA DA 167ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 18/3/2002

Presidência do Deputado Alberto Pinto Coelho

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Deputado Anderson Adatao - Palavras do Sr. José Rogério Lara - Outorga de Medalha - Palavras do Sr. Luiz Carlos Santos - Apresentação Musical - Entrega de placa - Encerramento - Ordem do dia.

### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Antônio Júlio - Alberto Pinto Coelho - Olinto Godinho - Wanderley Ávila - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Anderson Adatao - Bilac Pinto - Dimas Rodrigues - Eduardo Brandão - Geraldo Rezende - Gil Pereira - Hely Tarquínio - Luiz Fernando Faria - Miguel Martini - Sebastião Costa.

### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Alberto Pinto Coelho) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

### Ata

- O Deputado Anderson Adatao, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

## Composição da Mesa

O Sr. Locutor (José Soares Júnior) - Convidamos a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Marcelo Siqueira, Presidente da COPASA-MG, ex-Presidente de Furnas, representando o Governador do Estado, Dr. Itamar Franco; Francelino Pereira, Senador da República; Elias Murad, Deputado Federal; Luiz Carlos Santos, Presidente de Furnas Centrais Elétricas S.A.; José Rogério Lara, Presidente da Associação dos Municípios do Lago de Furnas, representando os Prefeitos dos municípios da área de atuação de Furnas; Alexandre Bercó, Prefeito Municipal de Tupaciguara e Presidente da AMVAP; Dimas Fabiano, Diretor de Engenharia e Construção de Furnas; Deputado Anderson Adauto, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

## Registro de Presença

O Sr. Locutor - Gostaríamos de registrar a presença, em Plenário, dos Srs. Wantuil de Souza, do Município de Aguanil; Nacib Duarte Bechir, de Campo Belo; Sérgio Lopes Lamounier, de Candeias; José Rogério Lara, que já integra a nossa Mesa, de Guapé; Messias Antônio Silva Oliveira, de Perdões; Paulo Hipólito de Souza, de Nepomuceno; José Márcio Ferreira, de Conceição do Rio Verde; Jens Villela, de Coqueiral; Márcio Henrique Rodrigues, de Ilícínia; Ivanir Rodrigues Ferreira, de São João Batista do Glória; Dimas dos Reis Ribeiro, de Alterosa, e Rubens Barros Santos, de Cambuquira. Registramos, ainda, a presença do ex-Presidente de Furnas, Dr. Luiz Cláudio de Almeida Magalhães; de alguns Diretores: Drs. Heitor Herberto Sales, Márcio Nunes e Celso Ferreira; do Ilmo. Sr. José Pinto de Barros Neto, nesta oportunidade representando o Presidente da CEMIG, Dr. Djalma Moraes, e do Ilmo. Sr. Presidente da Junta Comercial de Minas, Marcos Tito. Registramos, ainda, a presença dos Prefeitos Municipais de Passos, José Hernani; de Campo do Meio, Nataniel Marinho; de Campos Gerais, Maurício Rabelo; de Elói Mendes, Paulo Roberto Belatto; de Conceição do Mato Dentro, José Fernando Aparecido de Oliveira; de Fronteira, Aramis Passuelo; dos Srs. Carlos Alberto Penna, Diretor da Fundação Mário Penna; Rogério Correia, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais, e Marcos Túlio de Melo, Presidente do CREA, e o Prefeito Municipal de Lagoa Santa, Genesco Aparecido de Oliveira Júnior.

## Destinação da Reunião

O Sr. Locutor - Destina-se esta reunião a homenagear a empresa Furnas Centrais Elétricas S.A. pelo 45º aniversário de sua fundação.

## Execução do Hino Nacional

O Sr. Locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, a ser executado pelo trio de piano, oboé e violino dos músicos da Escola de Música da Universidade do Estado de Minas Gerais.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

## Palavras do Sr. Presidente

Em 28/2/57, o Presidente Juscelino Kubitschek, com sua extraordinária visão de estadista, assinava o ato de criação daquela que é hoje uma das maiores empresas deste País: Furnas Centrais Elétricas.

Recordando aquele momento histórico, quis o nobre Deputado Anderson Adauto, meu ilustre antecessor na Presidência desta Casa, comemorar o transcurso dos 45 anos de fundação de Furnas com a realização desta reunião especial.

Esta homenagem adquire, na hora presente, significado muito maior, pois foi exatamente na gestão do Presidente Anderson Adauto que este parlamento tornou-se autêntico centro de resistência popular contra a privatização desse grande patrimônio de Minas e do Brasil.

De fato, sediamos aqui, em 18/5/99, o lançamento do Fórum Nacional Contra a Privatização de Furnas e das Águas Brasileiras. Logo em seguida, no mês de junho, foi criada, por decisão da Mesa da Assembléia, comissão especial para estudo do problema.

Em 1999, período crítico para o futuro de Furnas, esta Casa esteve inteiramente mobilizada, com a organização de vários atos públicos, na luta política para manter, sob controle nacional, a empresa líder do setor de energia elétrica no Brasil.

Em dezembro do mesmo ano, outro grande marco dessa mobilização foi a criação da Frente Parlamentar Jorge Hannas contra a privatização de Furnas. Naquela oportunidade, lideranças políticas de todo o País aqui estiveram presentes e deram início a um movimento suprapartidário apoiado por dezenas de entidades e movimentos sociais.

Encerrando aquele memorável ato público, o então Presidente Anderson Adauto afirmou: "É com a responsabilidade de sermos o fermento que temos o dever de aumentar a massa da consciência de nosso povo, de lutar e de defender o que é nosso".

Certamente, foi essa mesma luta em defesa do patrimônio público, construído, ao longo de décadas, com o capital e o trabalho dos brasileiros, que fez esta Casa aprovar, em nossa gestão e com muita honra para esta Presidência, a PEC 50, promulgada no dia 29/10/2001.

De autoria do Exmo. Sr. Governador Itamar Franco, essa emenda à Constituição representa poderosa barreira contra a alienação de ações de empresas controladas pelo Estado, como a CEMIG e a COPASA-MG.

Essa vigorosa linha de ação política tem plena continuidade nesta Assembléia. Ainda neste semestre será realizado o segundo seminário legislativo "Águas de Minas", que poderá ampliar, com suas propostas, os dispositivos já existentes na legislação que disciplina a política estadual de recursos hídricos.

São ações e iniciativas que merecem ser destacadas nesta homenagem, exatamente porque fazem parte de um projeto político comprometido com os verdadeiros interesses nacionais, aqueles que animaram a vida e a obra do grande Presidente Juscelino Kubitschek.

Este ideário político nos transmite a lição de que a sociedade brasileira, por intermédio do Estado, deve e precisa exercer controle sobre setores estratégicos para o desenvolvimento nacional. Furnas é, sem dúvida, extraordinário exemplo da capacidade e do talento que temos para criar uma empresa com padrão de excelência mundialmente reconhecido. Empresa que tem servido ao Brasil como instrumento essencial ao nosso progresso econômico e social, abastecendo uma região onde vive metade da população brasileira e onde se concentra quase 70% da produção industrial do País.

São 45 anos que inspiram e apontam os caminhos que deveremos seguir! Os caminhos de uma nação mais soberana e livre, mais justa e independente.

#### Palavras do Deputado Anderson Adauto

Exmos. Srs. Deputado Alberto Pinto Coelho, Marcelo Siqueira, Francelino Pereira, Luiz Carlos Santos, José Rogério Lago, Rogério Lara, Prefeito Alexandre Becor, Dimas Fabiano, Srs. Deputados, ex-Presidentes de Furnas, ex-diretores, funcionários, convidados, "O pensamento cria, mas é a vontade que realiza. As melhores idéias estão destinadas a desaparecer se a vontade não as puser em execução". Pois foi essa feliz conjunção de pensamento e vontade que levou à fundação de Furnas Centrais Elétricas, cujos 45 anos estamos hoje comemorando nesta Assembléia.

Realmente, não fosse a visão além de sua época e a vontade férrea de Juscelino Kubitschek de Oliveira, não teríamos hoje a realidade de Furnas e do sistema elétrico nacional. Foi essa perspectiva do futuro que levou Juscelino Kubitschek a criar, em 1957, a Central Elétrica de Furnas. Naquela época, por ironia, como acontece hoje, o Brasil sofria o risco de um colapso energético, pois o processo de industrialização que então se acelerava estava ameaçado pela falta de energia elétrica.

É oportuno observar, a propósito, que o ano de 1957 se insere em período de transição na estrutura socio-econômica brasileira. De país essencialmente agrícola e exportador de matérias-primas, passávamos à industrialização, resultando em profundas alterações na vida de nossos patriotas. Não obstante o mundo viver a tensão da Guerra Fria, que se instalou ao final da Segunda Guerra Mundial, o Brasil vivia época ímpar, acreditando em seu próprio potencial e buscando exercer papel de destaque no contexto das nações.

Furnas nasceu de um projeto grandioso, com a missão extraordinária de aumentar em mais de 30% a capacidade energética então instalada no Brasil. Quarenta e cinco anos depois de sua criação, Furnas Centrais Elétricas se transformou na maior empresa de energia elétrica do Brasil e desenvolveu tecnologias que a colocam como uma das empresas mais avançadas do mundo na geração de energia elétrica.

Furnas, além de gerar energia a preços que tornam competitivos nossos produtos no exterior e fornecer a energia que ilumina os Estados onde se concentram 71% da produção industrial brasileira e metade de nossa população, demonstra a capacidade tecnológica de nossa Nação.

Não é por acaso que hoje Furnas atua em 13 países ao redor do mundo, desenvolvendo projetos de consultoria e assistência técnica. Porém, não vou me estender nos números grandiosos da Companhia, pois com muito mais propriedade, tenho certeza, o Dr. Luís Carlos Santos irá fazê-lo. A nossa intenção é, na verdade, enfatizar o seu papel para o desenvolvimento de nosso País.

Aliás, ao ouvirmos as palavras do representante de nossa homenageada, tenhamos em mente toda aquela legião de grandes profissionais que com ela já colaboraram ou vêm colaborando ao longo de sua história, e que também são homenageados por esta Casa. Particularmente, gostaríamos de fazer menção ao engenheiro Walton Pacelli de Andrade. Detentor de extraordinário currículo técnico, sedimentado nas melhores universidades do mundo, Walton emprestou seu concurso inestimável na construção de grandes obras de Furnas, bem como em outros marcos da tecnologia nacional, como a Usina Nuclear de Angra dos Reis.

Furnas surgiu em época em que nossas lideranças maiores acreditavam que era possível construir uma nação e um país. E é pena que depois de todos esses anos e de tantos benefícios gerados ao longo do tempo, não só pela atuação de Furnas, mas também de outras grandes empresas, construídas através do esforço e da capacidade do povo brasileiro, visão política equivocada leve os atuais dirigentes da Nação a tentar alienar o controle nacional sobre companhias essenciais ao desenvolvimento e à soberania nacional.

Não vamos nos alongar nos equívocos das privatizações, pois nosso objetivo é celebrar os 45 anos de trajetória vitoriosa de empresa tão importante para os brasileiros. Mas consideramos fundamental ressaltar a importância da atuação das empresas estatais em setores estratégicos, como a geração e transmissão de energia elétrica, o saneamento básico e a exploração do petróleo. É realmente um paradoxo que, no momento em que comemoramos os 45 anos de fundação de Furnas, companhia que surgiu, graças à crença de que era possível criar um projeto de desenvolvimento nacional, ainda existam vozes a defender as teses neoliberais do estado mínimo e da auto-regulamentação do mercado. Vimos que o mercado não pode substituir o Estado em suas funções básicas, sendo as crises energéticas da Califórnia e do Brasil a comprovação de que os Governos têm papel fundamental a exercer nos setores estratégicos da economia e da vida das nações, como ocorre em área tão importante como a da geração e transmissão de energia elétrica. Acredito que o constrangimento vivido pelos atuais dirigentes nacionais, com a decidida reação da sociedade brasileira - com que esta Casa fez coro e da qual foi condutora naquele momento -, à tentativa de se privatizar Furnas, a CHESF e a Eletronorte, deve ter tido o mesmo gosto amargo daquele experimentado por essas mesmas lideranças quando, na solenidade comemorativa dos 100 anos de nascimento de Juscelino Kubitschek, o povo de Diamantina, com eloqüente indiferença, recebeu aqueles que gostam de se comparar a Juscelino, mas que, na prática, fazem um Governo que contradiz tudo o que foi feito e defendido pelo grande estadista mineiro e brasileiro.

No lugar do desenvolvimento calcado no esforço e no trabalho árduo, que apostava no potencial do País, implantado por JK e outros, temos hoje dirigentes que defendem um modelo que consiste na desnacionalização das empresas brasileiras e nos reduz, na prática, à condição de colônia de determinados países desenvolvidos.

Não foi por acaso que Minas, unida, levantou-se na defesa de Furnas como empresa pública, controlada pelos brasileiros, quando se tentou sua privatização. Em inúmeros atos públicos, a população mineira se manifestou de forma contundente contra a privatização de Furnas e o mesmo ocorreu em várias partes do Brasil.

Aqui mesmo, nesta Casa, como bem colocou o 1º-Vice-Presidente, houve consenso poucas vezes visto em nossa história; 71 dos 77 Deputados integraram a Frente Jorge Hannas Contra a Privatização de Furnas, presidida pelo Deputado Alberto Pinto Coelho. Esse movimento mostrou que as lideranças políticas mineiras têm consciência da importância de Furnas para o Brasil, pois dele participaram Deputados de todos os partidos e de diferentes posições ideológicas, unidos na defesa de uma Companhia que se fez grande em nosso País.

Senhores e senhoras, o registro sobre a intenção da equipe econômica do atual Presidente da República tem de ser feito, isso deve ficar registrado nesta Casa, que tanto lutou, como muitas outras entidades e brasileiros lutaram também, por que Furnas não fosse privatizada.

Entendemos também que outro registro tem de ser feito nesta Casa do povo mineiro: a ação corajosa e leal com o Presidente da República, mas correta e leal também com o povo brasileiro, da atual diretoria de Furnas, capitaneada pelo Dr. Luiz Carlos Santos, mineiro de nascimento, que fez toda a sua vida política no Estado de São Paulo, que teve mais visão e sentimento sobre a necessidade de defender uma empresa do Sul de Minas do que determinados representantes daquela região, que faziam parte do Governo Fernando Henrique Cardoso, mas que não tiveram a coragem e a lisura do senhor. É perfeitamente possível sermos leais àqueles que nos indicam - no caso do Sr. Lula, foi indicação pessoal do Presidente da República -, mas é perfeitamente possível ser leal também à comunidade. O Sr. Luiz teve o que nós, que estávamos na Oposição, não tivemos, a oportunidade de mostrar ao Presidente os equívocos que estava praticando naquele momento. Teve a condição de estar com ele, mostrar o equívoco que era privatizar Furnas naquele modelo, e as coisas mudaram.

Quero, em nome de toda a Assembléia Legislativa e de todos os mineiros, fazer este registro, que precisa ser feito, da mesma forma que o registro dos equívocos da equipe econômica e do Presidente.

Acho importante registrarmos na Casa o comportamento da atual diretoria, capitaneada por V. Exa. Quando se fala do problema energético no Brasil, sobretudo aquele vinculado às hidrelétricas, tende-se a esquecer a questão das águas.

São um ponto de crucial importância os recursos hídricos. Não nos podemos furtar à realidade de que a água é um bem raro, caro e estratégico. A defesa das águas deve preceder a própria preservação do patrimônio energético. Se assim não for feito, estarão em risco a segurança e a soberania nacionais.

A água é um bem de fundamental importância para o Brasil e desperta nas nações mais poderosas do mundo a cobiça e o desejo de controlar nossos mananciais. Depois de exaurirem a natureza em seus próprios países, os que se julgam donos do mundo voltam suas atenções para os fabulosos recursos de nossas reservas de vida. A água é fonte de toda a vida orgânica. Sem ela a Terra seria, como quase todos os corpos celestes, imensa rocha seca e estéril. Mas a água limpa, doce, pura, capaz de sustentar a vida, é um bem que, a cada ano, vem diminuindo. Temos de ter a nossa atenção voltada para esse fato também.

Hoje o abastecimento de água é das maiores preocupações dos governos em todo o mundo, e a defesa da manutenção de Furnas sob o controle nacional é também forma de termos controle sobre nossas águas. Os abastecimentos domiciliar e industrial, a irrigação, a piscicultura, o funcionamento de hidrovias são feitos com as mesmas águas utilizadas para gerar energia. Os especialistas são unânimes em apontar o risco de escassez de água em várias partes do mundo, e o controle público sobre as empresas que utilizam as águas como insumo deve e deverá ser cada vez mais importante para que seja assegurado a todos o acesso às águas.

Sr. Presidente, senhoras e senhores, como ocorre também com as pessoas, as companhias experimentam diversas fases em sua vida, e Furnas não é exceção. Na fase dos governos militares, por exemplo, não só Furnas, mas nenhuma outra companhia energética, tinha a consciência comunitária que têm hoje.

Sr. Presidente, tive a honra de nascer no Triângulo, onde está o maior número de lagos do Estado. Pude perceber que mesmo a CEMIG, no momento do Governo Militar, tinha a mesma concepção. Diria que foi mudada essa concepção mais comunitária de maior envolvimento com a sociedade, com a construção da Usina de Nova Ponte, quando foi inundada uma cidade. Aí, sim, quando o Brasil já vivia período pleno de democracia, conseguimos mostrar à direção da CEMIG que as populações que vivem ao redor, que foram as primeiras a se sacrificar no momento da construção das referidas hidrelétricas, tinham voz. E precisávamos mostrar a necessidade de fazer com que as empresas tivessem compromisso social com aquela região, onde as hidrelétricas estão contribuindo para o desenvolvimento do Brasil. Ali foi um marco. Houve mudança não apenas em Furnas, mas em todo o setor hidrelétrico brasileiro. Todas as usinas posteriores foram construídas com uma nova concepção, com uma nova lógica.

No período em que Furnas e outras grandes geradoras passaram a operar, as decisões eram tomadas de forma autoritária, de cima para baixo, sem discussão mais profunda com a sociedade, sob regras despóticas estabelecidas pelos regimes militares. Também fruto desse período autoritário da vida nacional, as estatais se esqueceram de seu compromisso com a eficiência, o qual toda empresa deve buscar.

Essa era uma postura que guardava sintonia com os tempos sombrios então vividos. Em um segundo momento de sua história, quando ocorreu a redemocratização do Brasil, Furnas se adequou aos novos tempos e abriu canais de comunicação com a sociedade, principalmente aquela que vive no entorno do lago.

Hoje, quando tentamos construir um Brasil mais solidário - e as empresas sabem da importância de ter compromissos efetivos com as comunidades onde atuam -, posso testemunhar, com muita propriedade, o empenho da direção de Furnas no sentido de atender às reivindicações das comunidades situadas em sua área de influência. Hoje mesmo, na sede da empresa, em Belo Horizonte, foram assinados convênios com Prefeituras de 19 cidades da área de Furnas, para a realização de obras importantes para melhorar a qualidade de vida das pessoas que vivem no entorno das barragens e para o desenvolvimento dos municípios situados em sua área de influência.

Considero que Furnas vive nova fase, em que a busca da eficiência administrativa é um objetivo constante, e o compromisso com a comunidade, um imperativo. Os dirigentes de outras empresas estatais também perceberam que a eficiência administrativa é meta a ser permanentemente procurada, até para fornecer subsídios para os que, como eu, defendem o papel das empresas estatais nos setores mais importantes da economia nacional.

Dessa forma, o momento não poderia ser mais propício para enfatizar, mais uma vez, nossa postura contra a privatização de Furnas e das demais empresas que atuam em áreas estratégicas do País. Creio que todos nós, que temos espírito de brasilidade e de nacionalismo, temos também o dever de defender a permanência, nas mãos do Estado, das empresas de energia elétrica que sobraram desse malfadado processo de privatização, para que se mantenham públicas, contribuindo com o desenvolvimento do País.

Em outubro próximo vou concorrer a um lugar na Câmara dos Deputados, onde meu compromisso será, entre outros, o de lutar pelos valores nacionais, pelo fortalecimento de nosso mercado e das empresas brasileiras. Por essa razão, reitero meu objetivo de defender a permanência do controle dos brasileiros sobre as empresas estratégicas, como é o caso das geradoras de energia elétrica.

O Presidente de Furnas, que se desincompatibiliza do cargo no final do mês, também vai disputar uma cadeira na Câmara dos Deputados. Tenho certeza de que também estará em Brasília lutando, entre outras bandeiras, para que Furnas não seja privatizada naquele modelo inicialmente pretendido pelo atual Presidente da República.

Sr. Presidente, senhoras e senhores, falar sobre Furnas é por demais atraente, seja por sua história permeada pela superação de enormes e sucessivos desafios; seja por sua importância para Minas e para o Brasil; seja pela influência que sua atuação exerce sobre a vida de milhões de brasileiros; seja pela tentativa recente, felizmente frustrada pela mobilização da sociedade civil organizada, de privatizá-la.

Teríamos outros temas ligados a Furnas que seriam suficientes para falarmos durante horas, mas o bom-senso nos obriga a encerrar este pronunciamento, agradecendo a presença de todos, especialmente da direção e do corpo técnico de Furnas, que têm mostrado grande interesse em atender às reivindicações de muitas comunidades mineiras.

Espero sinceramente que as próximas gerações possam comemorar o centenário de Furnas como empresa brasileira, prestadora de serviços ao nosso povo, como tem ocorrido ao longo de sua história, contribuindo, de forma capital, para o desenvolvimento do Brasil e para a afirmação de nossa soberania sobre a integridade de nosso território, de nossas águas e de nossas riquezas. Muito obrigado.

Exmos. Srs. Deputado Alberto Pinto Coelho, Marcelo Siqueira, Francelino Pereira, Elias Murad, Luiz Carlos Santos, Alexandre Bercó, Dimas Fabiano, Deputado Anderson Aauto, Deputados Estaduais, amigos Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores, minhas senhoras e meus senhores, coube-me o prazer e a honra de falar representando os municípios que são banhados pelas águas dos rios de Minas Gerais que estão em área de influência de reservatórios ou foram objeto de instalações de produção, transformação e transmissão de energia de Furnas Centrais Elétricas. Passaram-se 45 anos desde a fundação de Furnas, quando o então Presidente Juscelino Kubitschek, em 28/2/57, autorizou o seu funcionamento como empresa de energia elétrica. A gigantesca obra da Usina de Furnas, orçada em cerca de US\$335.000.000,00, um valor inacreditável para a época, teve seu início de operação em 1963.

Como todos sabemos, não havia na época a legislação ambiental, que hoje conhecemos, e muito mais do que isso, não havia, por parte da sociedade civil e dos governantes, a consciência plena dos efeitos locais e seus desdobramentos para as populações atingidas pelas águas dos reservatórios, pelas linhas de transmissão e subestações. Estávamos no início da década de 60, o processo de industrialização caminhava rapidamente, com grandes empresas multinacionais desembarcando no País e com uma migração veloz das populações rurais para as grandes cidades, sedentas de energia elétrica.

Nesse contexto, fácil é reconhecer que o objetivo dos empreendimentos e de seus empreendedores concentrava-se no desafio à engenharia nacional de domar nossos cursos de água e dali extrair a energia necessária para alavancar o progresso do Brasil.

A bem da verdade, devemos reconhecer que Furnas, mesmo inexistindo uma legislação forte no campo social e ambiental, não deixou de desenvolver uma série de ações para a população, de modo a preservar a fauna e a flora. Aí está, como testemunha, a famosa Igreja de Guapé, que, atingida pelas águas, foi totalmente reconstruída na parte alta da cidade. Da mesma forma, foram construídas casas, estradas, pontes, diques, relocadas pessoas bem como instituídos sistemas de balsas em alguns pontos do lago que se formou. A estação de piscicultura e o reflorestamento de suas margens são também desse período. Nesses 45 anos muito se fez, mas muito ainda há para ser feito.

Com o passar dos anos, novas usinas e sistemas de transmissão foram construídos e acompanhados pelo desenvolvimento de nossas cidades, como também pela modernização de conceitos existentes e da nossa forma de lidar com as populações e com a natureza. A visão antiquada de empreendedores, os que representavam os maus, e as Prefeituras e os cidadãos, os bons, mudou muito. Existe, hoje em dia, a compreensão mútua de que, na verdade, o que se institui quando se iniciam as obras de uma usina é o estabelecimento de uma parceria permanente, pois, passados todos esses anos, continuamos realizando atividades nesse mesmo reservatório da Usina de Furnas. Pelas informações que temos, continuaremos por muito tempo a nos defrontar com esse tipo de problema, pois energia elétrica gerada a partir da água ainda é a mais barata e menos poluidora, e, graças a Deus, a água é uma dádiva natural do Brasil e, particularmente, de Minas Gerais.

Devemos registrar que a opção por uma parceria harmoniosa entre Furnas, as cidades que estão na região de formação dos rios que chegam a seus reservatórios e os municípios limdeiros tem sido proveitosa para ambos os lados. Do ponto de vista dos municípios, temos conseguido alavancar uma série enorme de ações, obras e projetos com apoio dos técnicos e da diretoria de Furnas.

Por outro lado, as ações de reflorestamento e obras que redundam em combate ao assoreamento e manutenção dos mananciais resultam em enchimento dos reservatórios das usinas e, conseqüentemente, disponibilidade de matéria-prima, a água para a produção de energia elétrica.

Para aquilatar as ações empreendidas fizemos um levantamento e pedimos desculpas, desde já, porque pode ele conter alguma falha de tipo de obra ou município não citado, mas é só para exemplificar a gama das ações que Furnas vem desenvolvendo em Minas Gerais. Notem os senhores os diferentes tipos de obras e ações: construção de praças, galpões, recuperação de pontes, hospitais, recuperação de igrejas, veículos, pavimentação de estradas, esgotamento sanitário, rede de esgotos mobiliários, computadores, escolas, centros culturais, canalização de córregos, creches, diques, muros, ancoradouros, etc.

Essas obras foram desenvolvidas recentemente ou estão em plena atividade nos seguintes municípios de Minas Gerais: Aguanil, Alterosa, Aiuruoca, Alfenas, Andrelândia, Arantina, Bom Jardim, Boa Esperança, Bocaina de Minas, Campo Belo, Capitólio, Carvalhos, Campo do Meio, Carmo do Rio Claro, Cristais, Elói Mendes, Frutal, Guapé, Guaraci, Ibiraci, Itajubá, Itutinga, Ilícinea, Jesuânia, Lavras, Lambari, Nepomuceno, Passa-Vinte, Paraguaçu, Planura, Soledade de Minas, São José da Barra, São João Batista do Glória, São Sebastião do Rio Verde, Seritinga, Três Pontas e Varginha.

As informações de que dispomos é que nos últimos anos mais de 60 obras foram realizadas, consumindo investimentos da ordem de R\$16.000.000,00. Por estarmos trabalhando diretamente com nossas comunidades, temos a visão do conjunto dessas obras sociais de Furnas e dos benefícios dali advindos. Não podemos deixar de nos lembrar que a energia gerada nessas instalações nos beneficia diretamente e que o peso de sua ausência sentimos no extenso e difícil período de racionamento que acabamos de enfrentar.

Temos certeza de que, em Furnas, o compromisso com o desenvolvimento sustentável, harmonizando crescimento econômico, equidade social e utilização dos recursos sociais, tem sido preocupação crescente de todos os seus funcionários e, particularmente, de seu Presidente, Dr. Luiz Carlos Santos, de seu Diretor de Planejamento de Engenharia e Construção, Dr. Dimas Fabiano de Toledo, e de seu Diretor de Produção e Comercialização de Energia Elétrica, Dr. Celso Ferreira, presentes nesta ocasião.

Neste ano, estamos acompanhando as notícias de que Furnas teve o maior lucro de sua história, mostrando a todos que empresa pública brasileira, se bem administrada, pode gerar riquezas e benefícios com os recursos oriundos de sua própria atividade.

Finalmente, parabenizamos Furnas, que conseguiu, nesses 45 anos, ser classificada pelos organismos especializados, nacionais e internacionais, como uma das melhores empresas brasileiras, com a qual nós, mineiros, temos o orgulho de estabelecer parcerias, ajudando, com nosso esforço e nossas águas, a proporcionar o desenvolvimento do Brasil. Muito obrigado.

#### Outorga de Medalha

O locutor - Senhoras e senhores, neste momento o Deputado Anderson Aauto procederá à outorga, ao Sr. Luiz Carlos Santos, da Medalha da Ordem do Mérito Legislativo, Grau Mérito Especial, conferida em 2001 por iniciativa desse parlamentar.

- Procede-se à entrega da medalha.

Palavras do Sr. Luiz Carlos Santos

Caro Presidente desta sessão, Deputado Alberto Pinto Coelho; amigo Senador Francelino Pereira, que me honra com sua presença; Marcelo Siqueira, Deputado Anderson Aauto, Deputado Elias Murad, José Rogério Lara, Deputados, Prefeitos, Vereadores, sinto-me honrado com esta homenagem.

Já é privilégio nascer em Minas Gerais, e aqueles que nascem neste Estado cedo aprendem que a política é a arte do possível. Mas o mineiro sabe conciliar o espírito pragmático com a visão idealista da ação pública. O mineiro é capaz de sonhar com coisas grandes. Começou com Tiradentes, que sonhou grande e mudou o País. Mais recentemente em nossa história, o Manifesto dos Mineiros foi um sonho que acelerou a democratização do País. Juscelino foi um sonhador no sentido profético da palavra: transcendia o seu tempo, enxergava além de seu tempo e foi capaz de enxergar o futuro. Por isso, pôde fazer o que em sua época era considerado impossível e tinha as conhecidas resistências. Furnas foi fruto de um desses sonhos, foi um sonho que, à época, era considerado inconcebível, mas que foi realizado. Havia as resistências naturais, diziam que isso geraria inflação. O FMI, naquela época, já se colocava contra Juscelino, que teve que romper com o Fundo para implantar a sua obra.

Furnas é obra tão extraordinária que, voltando no tempo, podemos imaginar o Brasil de 1957, que gerava 3.000mw de energia, ou seja, 1/3 do que gera hoje e 1/6 do que comercializa. E se não tivessem existido Juscelino e Furnas? A área que Furnas atende é responsável por 71% do PIB nacional, 67% da produção industrial. O que seria do Brasil sem Furnas?

Quando cheguei a Furnas, há quase três anos, entrei num prédio que estava cercado pelos sindicalistas, pelos empregados da usina. Para chegar ao salão onde tomaria posse, tive de atravessar um corredor polonês. Durante o meu discurso fui aparteado várias vezes e disse àqueles que me apartavam que esperassem, que dessem um voto de confiança, porque não trairia o sentimento de fé daqueles que ajudaram a construir Furnas.

No dia seguinte ao da minha chegada estava marcada uma assembléia, para fazer a cisão para privatização de Furnas. Seria dividida em três pedaços, e eles seriam vendidos a controladores. Corporações de fora assumiriam esses pedaços de Furnas. No mesmo dia encaminhei uma carta, acompanhado por todos os Diretores, ao Ministro da época, dizendo que não concordava com aquilo. Não fui lá, designado pela confiança do Presidente Fernando Henrique, para ser o coveiro de Furnas. O processo continuou, e procurei o Presidente Fernando Henrique, porque o Presidente do BNDES na época - há três anos - dizia que venderia Furnas de qualquer jeito. Fui acompanhado de um grande amigo nosso, um grande mineiro, Dr. José de Castro, grande advogado. Fomos ao Presidente Fernando Henrique, e expus a ele a minha visão do que deveria ser a chamada privatização de Furnas, baseado nos exemplos de fora. No lugar de entregar Furnas dividida, esquartejada, a corporações de fora, que fizéssemos como na Inglaterra e na Europa Oriental, a chamada privatização democrática, através da pulverização do capital. Isso tem o mérito de fortalecer o mercado de capital interno do País, enquanto a venda para o controlador líquida com o mercado de capitais, indispensável para o financiamento do desenvolvimento do País. Mostrei a ele que o modelo inglês foi um sucesso. Naquela ocasião, 5% da população adulta da Inglaterra participava de 5% do mercado de capitais. Após a pulverização, esse número chegou a 20%, fortalecendo muito o mercado de capitais da Inglaterra. E naquele instante o mercado de capitais do Brasil estava morrendo por falta de liquidez. Já se negociavam mais papéis brasileiros em Nova Iorque do que em São Paulo. Isso era de uma gravidade única, comprometendo o desenvolvimento do País. E a bem da justiça e da verdade, o Presidente Fernando Henrique apoiou inteiramente essa idéia e autorizou-me a contratar a Fundação Getúlio Vargas para explicitar esse modelo de pulverização, ou seja, a empresa estatal se torna empresa pública, autônoma, porque Furnas pertence hoje à "holding" ELETROBRÁS, que ficaria autônoma, com capital aberto.

Seria aquilo que disse no discurso e pelo que fui repreendido: "Vamos criar a PETROBRÁS do setor elétrico". Ligaram-me e disseram: "Não. A PETROBRÁS é uma só".

Esse é o caminho de Furnas e de toda empresa estatal brasileira. A bem da verdade, em três anos de luta, fui demitido na primeira página de um jornal duas vezes, porque resistia a esse tipo de imposição, a essa ditadura de mercado. Os cronistas diziam: "O mercado não está satisfeito com a diretoria de Furnas". "O mercado quer mudança da diretoria de Furnas". "O mercado acha que a diretoria de Furnas não é profissional". Que mercado é esse? Por trás do chamado mercado, o que queriam, realmente, era liquidar a empresa, contrariados por um modelo novo de interesse nacional. A ditadura de mercado quebrou a Argentina.

Fernando Henrique apoiou todos os nossos passos, mesmo porque eu não estaria mais em Furnas se não fosse seu apoio.

Outra divergência: a empresa estatal tinha de investir para ampliar a oferta de energia. O País corria o risco, que se concretizou, de viver uma crise de abastecimento de energia. Tentamos investir. Dizia-se: "O FMI não permite o investimento da empresa pública, porque caracteriza despesa e afeta o déficit primário". O Presidente Fernando Henrique, em discurso recente, disse que isso é considerar os outros analfabetos, e os cronistas acrescentaram: "e estúpidos". Mas isso prevaleceu e ainda prevalece.

Tenta-se dar a contabilidade internacional que entende que investimento com dinheiro próprio, não financiado, é considerado despesa, porque altera o superávit primário. Portanto, não autorizam. Fernando Henrique, contrariando-os, permitiu investimentos de Furnas, que, este ano, investe mais de R\$1.600.000.000,00.

Se resisti, como disse, generosamente, o Deputado Anderson Adauto, foi porque permitiu-me resistir. Não teria condição de, sozinho, resistir a tanto poderio, a tanto interesse.

A partir daí, foram travadas várias batalhas. Por que Furnas deu, em 2000, o lucro recorde, em sua história de 45 anos, de R\$530.000.000,00, e por que, em 2001, dobrou esse lucro? Cem por cento de crescimento - isso não existe. Nenhuma empresa cresceu mais de 30% em relação ao lucro líquido. Furnas cresceu num ano de racionamento, em que todas as empresas da área tiveram prejuízo. Houve uma razão: enfrentei a briga com o chamado mercado.

No primeiro período, queriam que Furnas pagasse. Havia uma resolução. Houve multa, porque não paguei a energia não gerada de Angra 2 no mercado "Spot". Aquilo significaria um prejuízo de R\$600.000.000,00 para Furnas. Recusei-me a cumprir a resolução, por razão muito simples: Furnas não tinha contrato com Angra 2; não tinha, portanto, por que responder pelo atraso daquela usina e pagar a energia não gerada por ela.

Pretenderam que as empresas privadas pudessem se valer da energia excedente de Itaipu. Fui ao Presidente da República, e ele mandou imediatamente cortar isso. Era um privilégio injustificado, que geraria prejuízo de mais de R\$1.000.000,00 para o consumidor.

Com o racionamento, levantou-se também a tese do Anexo 5º, o que significava indenização da ordem de R\$15.000.000.000,00 a R\$16.000.000.000,00 para as empresas distribuidoras e geradoras.

Na comissão mista do Senado, com parecer de Saulo Ramos, mostrei que não era legal e cabível. Mudou-se, e a potência foi reduzida ainda mais. Furnas deu lucro de R\$1.100.000.000,00. Pelo menos é o número que temos hoje e mostra que uma empresa estatal pública é viável.

Em três anos Furnas deu de lucro mais do que teria auferido o Tesouro com a venda dos seus ativos. Isto é, em três anos, Furnas deu de lucro mais do que teria recebido pela venda definitiva, possivelmente com financiamento do BNDES.

Recordo-me do Presidente do BNDES, Pio Borges, que dizia a toda a imprensa que venderia mas não o fez. Não vendeu, porque o Presidente

Fernando Henrique prestigiou-me na luta contra esse tipo de comportamento que merece ao País.

Agora faz as críticas cabíveis ao FMI a coragem que Juscelino teve, quando rompeu com o Fundo. Temos de traçar o nosso destino, sem obedecer às determinações do Fundo para os países desenvolvidos. Quero fazer justiça ao Presidente Fernando Henrique. Se Furnas sobreviveu, foi graças a ele.

O modelo a ser implantado tira Furnas da ELETROBRÁS, cria a empresa autônoma Furnas. Divide Furnas em transmissora e geradora, abre o seu capital. Como a PETROBRÁS teve seu capital excedente vendido com grande êxito pelo BNDES, Furnas pode ter parte das suas ações vendidas ao mercado com a participação dos empregados. Pode se transformar numa empresa pública como a PETROBRÁS. Esse é o caminho.

Sinto-me orgulhoso por ter participado dessa luta. O País precisa de mais sonho e determinação. Este é um país viável, que só terá futuro na medida em que for capaz de afirmar sua soberania contra os interesses que não são os nossos. Agradeço a Minas e à Assembléia Legislativa, que sempre esteve ao lado da luta do povo brasileiro. Sinto muito orgulho de ter nascido em Minas Gerais.

#### Apresentação Musical

O locutor - Senhoras e senhores, neste momento seremos brindados com a apresentação do trio musical da UEMG.

- Procede-se à apresentação musical.

#### Entrega de Placa

O locutor - A Presidência fará, neste momento, a entrega ao Diretor-Presidente da Empresa Furnas Centrais Elétricas S.A., Sr. Luiz Carlos Santos, de placa alusiva a esta homenagem, com os seguintes dizeres: "Nos 45 anos de fundação da Empresa Furnas Centrais Elétricas S.A., a homenagem do Poder Legislativo Estadual pela decisiva e profícua participação da empresa no processo de desenvolvimento econômico e industrial do Estado. Belo Horizonte, 18 de março de 2002. Deputado Antônio Júlio, Presidente. Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais".

O Sr. Presidente - A Presidência, tendo a certeza da anuência deste parlamento, por meio do Movimento da Frente Parlamentar Jorge Hannas, que obteve 71 das 77 assinaturas dos parlamentares, signatários desse movimento, e, com toda certeza, num reconhecimento inequívoco da participação do Governador Itamar Franco no movimento contra a privatização de Furnas, que fez, juntamente com este parlamento, das Gerais caixa de ressonância contra a privatização de Furnas, convida o Dr. Marcelo Siqueira para, juntamente com o parlamento, dividir e fazer a entrega desta homenagem, no reconhecimento à empresa Furnas.

- Procede-se à entrega da placa.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta seus agradecimentos às autoridades e aos demais convidados pela honrosa presença e encerra a reunião, convocando os Deputados para as reuniões extraordinárias de amanhã, dia 19, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária da mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição do dia 19/2/2002.). Levanta-se a reunião.

### ATA DA 228ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 19/3/2002

#### Presidência do Deputado Antônio Júlio

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): Suspensão e reabertura da reunião - Discussão e Votação de Proposições: Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.950; requerimento dos Deputados Miguel Martini e Antônio Carlos Andrada; indeferimento; requerimento do Deputado Miguel Martini; rejeição; votação secreta; inexistência de quórum para votação; anulação da votação; chamada para a recomposição de quórum; existência de número regimental para votação; suspensão e reabertura da reunião; renovação da votação; chamada de votação secreta; rejeição - Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.956; requerimento do Deputado Miguel Martini; indeferimento; não recebimento de requerimento do Deputado Miguel Martini; chamada de votação secreta; manutenção - Registro de presença - Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.951; encerramento da discussão; requerimento do Deputado Miguel Martini; indeferimento; não recebimento de requerimento do Deputado Miguel Martini; chamada de votação secreta; manutenção - Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.959; designação do relator; emissão do parecer pelo relator; encerramento da discussão; requerimento do Deputado Miguel Martini; indeferimento; requerimento do Deputado Miguel Martini; rejeição; chamada de votação secreta; manutenção do veto - Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.962; designação do relator; emissão do parecer pelo relator; encerramento da discussão; requerimento do Deputado Miguel Martini; indeferimento; requerimento do Deputado Miguel Martini; rejeição; chamada de votação secreta; manutenção - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Antônio Júlio - Alberto Pinto Coelho - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Alencar da Silveira Júnior - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Anderson Adauto - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Arlen Santiago - Bilac Pinto - Cabo Moraes - Carlos Pimenta - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Durval Ângelo - Edson Rezende - Eduardo Brandão - Elbe Brandão - Ermano Batista - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Gil Pereira - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Batista de Oliveira - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - Kemil Kumaira - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Mauro Lobo - Pastor George - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Júlio) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para

proceder à leitura da ata da reunião anterior.

## 1ª Parte

### Ata

- O Deputado Wanderley Ávila, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

## 2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e votação da matéria constante na pauta.

### Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 40 minutos para entendimentos entre as Lideranças para a apreciação da matéria constante na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

### Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos.

## Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.950, que altera o art. 110 da Lei nº 9.444, de 25/11/87, que dispõe sobre as licitações e contratos da administração centralizada e autárquica do Estado e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto. Vem à Mesa requerimento do Deputado Miguel Martini, em que solicita a leitura do referido veto. A Presidência indefere o requerimento, de conformidade com o inciso V do art. 232, c/c o inciso XII do art. 82, do Regimento Interno. Vem à Mesa, requerimento do Deputado Antônio Carlos Andrada, solicitando votação secreta para o requerimento do Deputado Miguel Martini. A Presidência indefere o requerimento, de conformidade com o inciso XII do art. 82 do Regimento Interno. Vem à Mesa, Requerimento do Deputado Miguel Martini, solicitando a votação em separado dos artigos do veto à Proposição de Lei nº 14.950. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitado. A Presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 255, c/c o inciso X do art. 261, do Regimento Interno. Os Deputados que desejarem manter o veto registrarão "sim", os que desejarem rejeitá-lo registrarão "não". A Presidência vai dar início ao processo de votação pelo processo eletrônico e solicita aos Deputados que ocupem seus lugares. Em votação.

- Procede-se a votação secreta pelo painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram apenas 24 Deputados. Não há quórum para votação. A Presidência torna sem efeito a votação e, nos termos do § 6º do art. 249 do Regimento Interno, solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição do quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Wanderley Ávila) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 40 Deputados. Há quórum para votação.

### Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por dez minutos para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação da matéria constante na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

### Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos. A Presidência vai renovar a votação do veto. A Presidência vai submeter a matéria à votação por escrutínio secreto, nos termos do inciso X do art. 261, c/c o inciso II do art. 263, do Regimento Interno. A Presidência convida, para atuarem como escrutinadores, os Deputados João Paulo e Mauro Lobo. Com a palavra, o Sr. Secretário, para proceder à chamada dos Deputados para a votação secreta.

O Sr. Secretário - (- Faz a chamada.)

- Depositam seus votos na urna os seguintes Deputados:

Antônio Júlio - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Alencar da Silveira Júnior - Ambrósio Pinto - Anderson Aduino - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Arlen Santiago - Bilac Pinto - Cristiano Canêdo - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Doutor Viana - Eduardo Brandão - Elbe Brandão - Ermano Batista - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Gil Pereira - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Ivair Nogueira - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - Kemil Kumaira - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Mauro Lobo - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

O Sr. Presidente - A Presidência recomenda aos escrutinadores que procedam à abertura da urna e à verificação da coincidência do número de sobrecartas com o de votantes.

- Procede-se à conferência do número de sobrecartas com o de votantes.

O Sr. Presidente - Votaram 46 Deputados. Foram encontradas na urna 46 sobrecartas. Os números conferem. A Presidência solicita aos escrutinadores que procedam à apuração dos votos.

- Procede-se à apuração dos votos.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 5 Deputados; votaram "não" 41 Deputados. Está, portanto, rejeitado o Veto Total à Proposição de Lei nº 14.950. À promulgação.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.956, que dispõe sobre a contagem, a cobrança e o pagamento de emolumentos devidos por serviços extrajudiciais e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto. A Presidência vai submeter a matéria à votação por escrutínio secreto, nos termos do inciso X do art. 261, c/c o inciso II do art. 263, do Regimento Interno. Vem à Mesa requerimento do Deputado Miguel Martini em que solicita a leitura do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.956. A Presidência indefere o requerimento, de conformidade com o inciso V do art. 232, c/c com o inciso XII do art. 82, do Regimento Interno. Vem à Mesa requerimento do Deputado Miguel Martini solicitando a votação em separado dos artigos do veto à Proposição de Lei nº 14.956. A Presidência deixa de receber o requerimento, de conformidade com o inciso II do art. 173 do Regimento Interno. Em votação, o veto. Com a palavra, o Sr. Secretário, para proceder à chamada dos Deputados para a votação secreta.

O Sr. Secretário - (- Faz a chamada.)

- Depositam seus votos na urna os seguintes Deputados:

Antônio Júlio - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Alencar da Silveira Júnior - Ambrósio Pinto - Amilcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Arlen Santiago - Bené Guedes - Chico Rafael - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Djalma Diniz - Doutor Viana - Edson Rezende - Eduardo Brandão - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Gil Pereira - Glycon Terra Pinto - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Mauro Lobo - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

O Sr. Presidente - A Presidência recomenda aos escrutinadores que procedam à abertura da urna e à verificação da coincidência do número de sobrecartas com o de votantes.

- Procede-se à conferência do número de sobrecartas com o de votantes.

O Sr. Presidente - Votaram 45 Deputados. Foram encontradas na urna 45 sobrecartas. Os números conferem. A Presidência solicita aos escrutinadores que procedam à apuração dos votos.

- Procede-se à apuração dos votos.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 41 Deputados; votaram "não" 4 Deputados. Está, portanto, mantido, o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.956. Oficie-se ao Governador do Estado.

#### Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença, em Plenário, da Deputada Federal Maria do Carmo Lara.

Proseguimento da discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.951, que acrescenta os §§ 20 e 21 ao art. 12 da Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto. Em discussão, o veto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Vem à Mesa requerimento do Deputado Miguel Martini, solicitando a leitura do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.951. A Presidência indefere o requerimento, de conformidade com o inciso V do art. 232, c/c o inciso XII do art. 82, do Regimento Interno. Vem à mesa requerimento do Deputado Miguel Martini, em que solicita a votação em separado dos artigos do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.951. A Presidência deixa de receber o requerimento, de conformidade com o inciso II do art. 173 do Regimento Interno. A Presidência vai submeter a matéria a votação por escrutínio secreto, nos termos do inciso X do art. 261, c/c o inciso II do art. 263, do Regimento Interno. Em votação, o veto. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a votação secreta.

O Sr. Secretário (Deputado Wanderley Ávila) - (- Faz a chamada.)

- Depositam seus votos na urna os seguintes Deputados:

Antônio Júlio - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Alencar da Silveira Júnior - Ambrósio Pinto - Amilcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Arlen Santiago - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Chico Rafael - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Doutor Viana - Edson Rezende - Eduardo Brandão - Elbe Brandão - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Gil Pereira - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - Kemil Kumaira - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Mauro Lobo - Pastor George - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa.

O Sr. Presidente - A Presidência recomenda aos escrutinadores que procedam à abertura da urna e à verificação da coincidência do número de sobrecartas com o de votantes.

- Procede-se à conferência do número de sobrecartas com o de votantes.

O Sr. Presidente - Votaram 48 Deputados. Foram encontradas na urna 48 sobrecartas. Os números conferem. A Presidência solicita aos escrutinadores que procedam à apuração dos votos.

- Procede-se à apuração dos votos.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 34 Deputados. Votaram "não" 14 Deputados. Está, portanto, mantido o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.951. Oficie-se ao Sr. Governador do Estado.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.959, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter e a doar ao Município

de Ibitaré os imóveis que menciona. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer. A Presidência, nos termos do § 2º do art. 145 do Regimento Interno, designa o Deputado Márcio Kangussu para relator da matéria. Com a palavra, o Deputado Márcio Kangussu, para emitir seu parecer.

O Deputado Márcio Kangussu - Sr. Presidente, o meu parecer é o seguinte:

#### Parecer sobre o veto parcial à Proposição de Lei Nº 14.959

##### Relatório

Por meio da Mensagem nº 250/2001, o Governador do Estado, utilizando-se das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, VIII, c/c o art. 70, II, ambos da Constituição mineira, encaminha a esta Casa as razões que o levaram a opor veto parcial à Proposição de Lei nº 14.959, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter e a doar ao Município de Ibitaré os imóveis que menciona.

De acordo com as disposições regimentais, foi constituída comissão especial para proceder a estudos sobre a matéria, e ela perdeu o prazo para emitir seu parecer. Foi então o veto incluído em ordem do dia para ser apreciado.

##### Fundamentação

O Governador do Estado, invocando motivo de interesse público, opôs veto parcial à Proposição de Lei nº 14.959, que visa autorizar o Poder Executivo a fazer reverter e a doar imóveis ao Município de Ibitaré.

O veto incide sobre o art. 2º - e seu parágrafo -, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ibitaré terreno com área de 18.966,38m², pois o ente estatal não dispõe do título de domínio do imóvel, estando, portanto, impossibilitado de outorgar a escritura pública de doação, o que torna a proposição inviável. Suprimido o dispositivo principal, a cláusula de finalidade, consubstanciada no parágrafo único, perde o sentido de existir.

É oportuno esclarecer que a tramitação de projeto de lei versando sobre alienação de imóveis se faz acompanhar de informações do Poder Executivo, esclarecendo sobre sua posição perante o negócio a ser realizado. Com essa postura, a Assembléia Legislativa visa exatamente evitar que o projeto tramite normalmente na Casa e, ao final, seja vetado.

No caso sob análise, não se encontram nos autos as referidas informações, embora elas tenham sido solicitadas por diligência do relator.

Nas razões do veto, o Governador do Estado apresenta apenas um argumento de ordem civil para a negativa da sanção: o fato de não possuir o título de domínio do bem, estando, portanto, impossibilitado de fazer a sua transferência.

Tratando-se, porém, de motivo superior à vontade do Governador do Estado, que o impossibilita, nos termos da lei civil, de fazer o negócio jurídico com o imóvel, devemos ser favoráveis à manutenção do veto.

##### Conclusão

Em face do exposto, somos pela manutenção do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.959.

O Sr. Presidente - Em discussão, o veto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Vem à Mesa requerimento do Deputado Miguel Martini, em que solicita a leitura do veto à Proposição de Lei nº 14.959. A Presidência indefere o requerimento, de conformidade com o inciso XVII do art. 82, c/c o inciso V do art. 232, do Regimento Interno. Vem à Mesa requerimento do Deputado Miguel Martini, em que solicita a votação em separado dos artigos do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.959. Em votação, o requerimento. Os Deputados que desejarem rejeitar o requerimento permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitado. A Presidência vai submeter a matéria a votação por escrutínio secreto, nos termos do inciso X do art. 261, c/c o inciso II do art. 263, do Regimento Interno. Convido para atuarem como escrutinadores os Deputados Chico Rafael e Márcio Kangussu. Em votação, o veto. Com a palavra, o Sr. Secretário para proceder à chamada dos Deputados para votação secreta.

O Sr. Secretário - (- Faz a chamada.)

- Depositam seus votos na urna os seguintes Deputados:

Antônio Júlio - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Agostinho Patrús - Aílton Vilela - Ambrósio Pinto - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Chico Rafael - Dimas Rodrigues - Djalma Diniz - Doutor Viana - Edson Rezende - Ermano Batista - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Gil Pereira - Glycon Terra Pinto - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - Kemil Kumaira - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Márcio Kangussu - Marco Régis - Mauro Lobo - Pastor George - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Rêmoló Aloise - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

O Sr. Presidente - A Presidência recomenda aos escrutinadores que procedam à abertura da urna e à verificação da coincidência do número de sobrecartas com o de votantes.

- Procede-se à conferência do número de sobrecartas com o de votantes.

O Sr. Presidente - Votaram 41 Deputados. Foram encontradas na urna 41 sobrecartas. Os números conferem. A Presidência solicita aos escrutinadores que procedam à apuração dos votos.

- Procede-se à apuração dos votos.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 33 Deputados. Votaram "não" 8 Deputados. Está, portanto, mantido o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.959. Oficie-se ao Governador do Estado.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.962, que obriga o fornecedor de produto ou serviço a fazer constar em

formulário destinado ao consumidor o nome do responsável pelos atos da empresa. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer. A Presidência, nos termos do § 2º do art. 145 do Regimento Interno, designa relator da matéria o Deputado Sávio Souza Cruz. Com a palavra, o Deputado Sávio Souza Cruz, para emitir seu parecer.

O Deputado Sávio Souza Cruz - Sr. Presidente, é o seguinte o meu parecer:

#### Parecer para Turno Único do Veto à Proposição de Lei Nº 14.962

##### Relatório

O Governador do Estado, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, VIII, c/c o art. 70, II, da Constituição do Estado, opôs veto total à Proposição de Lei nº 14.962, que obriga o fornecedor de produto ou serviço a fazer constar, em formulário destinado ao consumidor, o nome do responsável pelos atos da empresa.

As razões do veto foram encaminhadas a esta Casa por meio da Mensagem nº 251/2001, publicada em 14/12/2001. O veto não foi apreciado na Comissão Especial instituída para tal fim, por motivo de perda de prazo. Cabe-nos agora analisar a matéria para apreciação do Plenário.

##### Fundamentação

A Proposição de Lei nº 14.962 obriga o fornecedor de produto ou serviço a fazer constar, em formulário destinado ao consumidor, o nome do responsável pelos atos da empresa.

Ao vetar totalmente a proposição, o Governador do Estado apresentou razão de ordem legal, ao afirmar que o Código de Defesa do Consumidor contém normas nacionais de observância obrigatória que asseguram amplas garantias à população, dispensando-se, assim, legislação estadual sobre a matéria. Além disso, segundo as razões apresentadas, a obrigatoriedade de se fazer constar a identidade dos responsáveis pelo estabelecimento em nota fiscal não se justifica, já que esta constitui instrumento hábil para assegurar os direitos dos consumidores.

Quanto ao mérito, o Governador justificou a negativa de sanção à proposição sob a alegação de que o aumento dos custos da atividade empresarial, oriundo das medidas contidas na proposta, seria repassado aos consumidores, convertendo-se a medida em prejuízo para a população.

No que concerne à competência para legislar sobre consumo, a Constituição Federal estabelece em seu art. 24, inciso V, a competência concorrente para a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios. Além disso, o § 4º do art. 55 da Lei nº 8.078, de 11/9/90 (Código de Defesa do Consumidor), estabelece que a União, os Estados e o Distrito Federal, em caráter concorrente e nas suas respectivas áreas de atuação administrativa, baixarão normas relativas à produção, industrialização, distribuição e consumo de produtos e serviços. No tocante à competência para legislar sobre direito civil e direito comercial, o texto constitucional vigente estabelece competência privativa da União.

O Código de Defesa do Consumidor estabeleceu, em seu art. 28, que "o juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social. A desconsideração também será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração".

De acordo com o dispositivo citado, a personalidade jurídica passa a ser desconsiderada, por decisão judicial, para que o patrimônio dos responsáveis pela sociedade venha também a ser considerado para fazer face aos prejuízos sofridos pelo consumidor nos casos de falência, insolvência, ato ilícito, má administração, entre outros. Ocorre que, por força da própria norma, a desconsideração só se dará por ordem judicial. É que, conforme o disposto no art. 20 do Código Civil Brasileiro, as pessoas jurídicas têm existência distinta da dos seus membros. Assim, a relação de consumo se dá entre o consumidor e a pessoa jurídica e não entre aquele e o sócio da empresa.

Além disso, não procede a justificativa de que o consumidor lesado, freqüentemente, não logra êxito na tentativa de fazer uso da medida contida no dispositivo, por não conseguir identificar o responsável pela gestão dos negócios da empresa, uma vez que as informações necessárias ao devido andamento de eventual processo judicial para ressarcimento de danos se encontram arquivadas na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais para livre consulta.

Não procede também o raciocínio de que a personalidade jurídica de uma empresa oculta os maus comerciantes e prestadores de serviço já que os sócios e a empresa, até decisão judicial que desconsidere a sua personalidade, são pessoas jurídicas distintas.

Assim sendo, a identificação dos responsáveis pelos estabelecimentos comerciais, na forma contida na proposição, contraria o dispositivo contido no Código Civil e não constitui direito básico do consumidor previsto na Lei nº 8.078, de 1990, já que a desconsideração da personalidade jurídica só pode se dar por determinação judicial.

##### Conclusão

Em face do exposto, somos pela manutenção do veto total à Proposição de Lei nº 14.962.

O Sr. Presidente - Em discussão, o veto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Vem à Mesa requerimento do Deputado Miguel Martini, solicitando a leitura do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.962. A Presidência indefere o requerimento, de conformidade com o inciso XII do art. 82, c/c o inciso V do art. 232, do Regimento Interno. Vem à Mesa requerimento do Deputado Miguel Martini, em que solicita votação em separado dos artigos do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.962. Em votação, o requerimento. Os Deputados que desejarem rejeitar o requerimento permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitado. A Presidência vai submeter o veto a votação por escrutínio secreto, nos termos do inciso X do art. 261, c/c o inciso II do art. 263 do Regimento Interno. Em votação, o veto. Com a palavra, o Sr. Secretário para proceder à chamada dos Deputados para votação secreta.

O Sr. Secretário - (- Faz a chamada.)

- Depositam seus votos na urna os seguintes Deputados:

Antônio Júlio - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Agostinho Patrús - Aílton Vilela - Ambrósio Pinto - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Arlen Santiago - Bilac Pinto - Cabo Morais - Carlos Pimenta - Chico Rafael - Djalma Diniz - Doutor Viana - Edson Rezende -

Eduardo Brandão - Ermano Batista - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Gil Pereira - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Milton - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Márcio Kangussu - Marco Régis - Mauro Lobo - Pastor George - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

O Sr. Presidente - A Presidência recomenda aos escrutinadores que procedam à abertura da urna e à verificação da coincidência do número de sobrecartas com o de votantes.

- Procede-se à conferência do número de sobrecartas com o de votantes.

O Sr. Presidente - Votaram 43 Deputados. Foram encontradas na urna 43 sobrecartas. Os números conferem. A Presidência solicita aos escrutinadores que procedam à apuração dos votos.

- Procede-se à apuração dos votos.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 39 Deputados. Votaram "não" 3 Deputados. Houve 1 voto em branco. Está, portanto, mantido o Veto Total à Proposição de Lei nº 14.962. Oficie-se ao Governador do Estado.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência, verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a reunião extraordinária, também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

### ATA DA 229ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 20/3/2002

Presidência dos Deputados Antônio Júlio e Ivo José

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): Suspensão e reabertura da reunião - Discussão e Votação de Proposições: Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.985; designação de relator; emissão do parecer pelo relator; encerramento da discussão; rejeição - Questões de ordem - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 48/2001; discursos dos Deputados Miguel Martini, Marcelo Gonçalves, Rogério Correia, Márcio Cunha, Eduardo Brandão, Luiz Tadeu Leite, Arlen Santiago, João Paulo, Dimas Rodrigues, Hely Tarquínio, Carlos Pimenta, Elaine Matozinhos, Edson Rezende, Dalmo Ribeiro Silva e Alberto Bejani; execução do Hino Nacional; requerimento do Deputado Antônio Carlos Andrada; deferimento; questões de ordem; votação nominal do Substitutivo nº 2, salvo emendas; aprovação; prejudicialidade das Emendas nºs 3, 5, 6, 8 a 10, 13 e 29; votação nominal das Emendas nºs 1, 2, 4, 7, 11, 12 e 14 a 28; rejeição - Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.058; rejeição - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Antônio Júlio - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Alencar da Silveira Júnior - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Bilac Pinto - Cabo Morais - Carlos Pimenta - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Durval Ângelo - Edson Rezende - Eduardo Brandão - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Ermano Batista - Geraldo Rezende - Gil Pereira - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Braga - José Henrique - José Milton - Kemil Kumaira - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Mauro Lobo - Miguel Martini - Pastor George - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Júlio) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### 1ª Parte

##### Ata

- O Deputado Wanderley Ávila, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e votação da matéria constante na pauta.

#### Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 23 minutos para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação da matéria constante na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

#### Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos.

## Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.985, que dispõe sobre as atividades das empresas de asseio e conservação e dá outras providências. A Comissão Especial perdeu o prazo para emitir parecer. A Presidência, nos termos do § 2º do art. 145 do Regimento Interno, designa como relator da matéria o Deputado Antônio Carlos Andrada. Com a palavra, o Deputado Antônio Carlos Andrada, para emitir seu parecer.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Sr. Presidente, o meu parecer é o seguinte:

### Parecer sobre o veto total à proposição de lei Nº 14.985

#### Relatório

Valendo-se dos poderes que lhe são conferidos pelo art. 90, inciso VIII, c/c o art. 70, inciso II, da Constituição mineira, o Governador do Estado opôs veto total à Proposição de Lei nº 14.985, que dispõe sobre as atividades das empresas de asseio e conservação e dá outras providências, encaminhando-o à apreciação da Assembléia, por meio da Mensagem nº 254/2002.

Tendo em vista a perda de prazo pela Comissão Especial designada para apreciar a matéria, a proposição foi devolvida ao Plenário e incluída na ordem do dia, nos termos do art. 141, c/c o § 2º do art. 145, do Regimento Interno.

#### Fundamentação

A proposição de lei dispõe sobre as atividades das empresas de asseio e conservação, estabelecendo que elas só poderão operar no Estado se promoverem o seu registro na Secretaria de Estado de Recursos Humanos e Administração.

O Governador do Estado, ao justificar o veto total, alega motivos de ordem constitucional, aduzindo que "a exigência estabelecida e as demais condições que as entidades de asseio e conservação devem satisfazer para que possam funcionar no Estado, segundo estatui a Proposição, limitam o livre exercício de profissão e de atividade econômica (CF, arts. 5º, XIII, e 170, parágrafo único), desatendem à reserva de competência, uma vez que cabe privativamente à União legislar sobre a forma e o regime dos registros públicos (CF, art. 22, XXV), e introduzem normas que obrigam as empresas de asseio e conservação a observar o procedimento licitatório nos contratos que vier a celebrar com pessoas jurídicas de direito privado, inovando, de modo impróprio, a legislação ordinária sobre licitação e o próprio preceito constitucional aplicável (CF, art. 22, XXVII)".

Finalizando sua justificação, sustenta o Chefe do Poder Executivo que não cabe ao Estado regular matérias que tratem de registro para funcionamento de empresa privada, sob pena de limitar o livre exercício de suas atividades.

Não nos parece que as razões apresentadas na mensagem do Governador constituam óbice capaz de impedir que proposição de tamanha relevância para o Estado e para a sociedade se transforme em lei.

É certo que a Constituição da República contém os preceitos mencionados pelo Governador do Estado, os quais devem ser observados por todos.

No entanto, a proposição vetada não dispõe sobre registros públicos, não limita o livre exercício de profissão e de atividade econômica nem tampouco contraria o disposto no art. 22, XXVII, da Carta Magna; tão-somente estabelece a regulamentação mínima para o funcionamento das empresas que exerçam as atividades de asseio e conservação, com vistas, precipuamente, a proteger os cidadãos, garantindo-lhes segurança e qualidade na utilização de tais serviços. Trata-se, portanto, de matéria legislativa concorrente, nos termos do art. 24, V, da Constituição Federal.

Ressalte-se, por fim, que a proposição, além de oferecer ao Estado melhores condições para efetuar a fiscalização sobre as empresas de asseio e conservação, tanto no âmbito administrativo quanto no fiscal e no trabalhista, instituirá, como destacou uma das comissões técnicas quando da análise da proposição objeto do veto, "regras claras para o exercício de atividade que tem apresentado constante crescimento nos últimos tempos, estimulando o aparecimento de empresas desqualificadas e oportunistas, que, aproveitando-se da ausência de uma legislação pertinente, vêm-se lançando no mercado de maneira irresponsável, causando prejuízos de toda natureza em razão das irregularidades cometidas na prestação desses serviços".

#### Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela rejeição do veto total à Proposição de Lei nº 14.985.

O Sr. Presidente - Em discussão, o veto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência vai submeter a matéria a votação por escrutínio secreto, nos termos do inciso X do art. 261, c/c o inciso II do art. 263, do Regimento Interno. Antes, lembra ao Plenário que os Srs. Deputados que desejarem manter o veto deverão votar "sim", e os que desejarem rejeitá-lo deverão votar "não". Resumindo, "sim" mantém o veto, "não" rejeita o veto. Convido para atuarem como escrutinadores os Deputados Gil Pereira e Carlos Pimenta. Em votação, o veto. Com a palavra, o Sr. Secretário, para proceder à chamada dos Deputados para a votação secreta.

O Sr. Secretário (Deputado Wanderley Ávila) - (- Faz a chamada.)

- Depositam seus votos na urna os seguintes Deputados:

Antônio Júlio - Olinto Godinho - Wanderley Ávila - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Alencar da Silveira Júnior - Amílcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Carlos Pimenta - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Djalma Diniz - Doutor Viana - Durval Ângelo - Eduardo Brandão - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Gil Pereira - Glycon Terra Pinto - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Batista de Oliveira - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Maria José Hauelsen - Miguel Martini - Paulo Piau - Rogério Correia - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

O Sr. Presidente - A Presidência recomenda aos escrutinadores que procedam à abertura da urna e à verificação da coincidência do número de sobrecartas com o de votantes.

- Procede-se à conferência das sobrecartas com o número de votantes.

O Sr. Presidente - Votaram 44 Deputados; foram encontradas na urna 44 sobrecartas. Os números conferem. A Presidência solicita aos escrutinadores que procedam à apuração dos votos.

- Procede-se à apuração dos votos.

O Sr. Presidente- Votaram "sim" 3 Deputados; votaram "não" 40 Deputados; houve 1 voto em branco. Está, portanto, rejeitado o Veto Total à Proposição de Lei nº 14.985. À promulgação.

#### Questões de Ordem

O Deputado Marcelo Gonçalves - Sr. Presidente, desde a semana passada as galerias estão lotadas, aguardando a votação do projeto do IPSEMG. Como várias comissões estão em andamento, solicito a V. Exa. que suspenda o trabalho delas, porque esse projeto é muito importante para Minas Gerais.

O Deputado Rêmoló Aloise - Sr. Presidente, o projeto ainda tem que passar pela Comissão de Fiscalização Financeira antes de vir ao Plenário. Acho que o Deputado Marcelo Gonçalves deveria esperar o parecer da Comissão para fazer esse tipo de requerimento.

O Deputado Marcelo Gonçalves - Sr. Presidente, meu nome foi citado. Pelo que me consta, o projeto estaria em pauta.

O Sr. Presidente - A Presidência informa ao Deputado Rêmoló Aloise que o projeto está pronto para a ordem do dia, com parecer publicado hoje, no "Minas Gerais".

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, nessa questão de ordem que apresentamos, desde já queremos agradecer aos companheiros, que foram sensibilizados e derrubaram o veto ao projeto de minha autoria. Agradeço a compreensão de todos, porque isso vem melhorar as relações no Estado de Minas Gerais. Queria apenas dirimir uma dúvida relativa ao art. 178, que estabelece que "excetuados os casos previstos neste Regimento, a proposição só passará de um turno a outro após a audiência da comissão ou das comissões a que tiver sido distribuída, observado o interstício de 24 horas". É só para não haver dúvida, para saber se o art. 178 do Regimento Interno está sendo entendido exatamente dessa maneira pela Mesa da Assembléia.

O Sr. Presidente - A Presidência solicita ao Deputado Miguel Martini que faça novamente o seu questionamento.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, é que, às vezes, as matérias entram e saem da pauta ou entram antecipadamente, e surge uma confusão para nós. A segurança que quero ter é de que o interstício de 24 horas entre um turno e outro será observado, como prevê o Regimento.

O Sr. Presidente - A Presidência informa ao Deputado Miguel Martini que esse prazo será respeitado. Estamos cumprindo todo o rito do processo, tanto que hoje há essa programação da votação em 1º turno, decorrente do acordo de Lideranças, e o projeto deverá entrar na pauta amanhã à tarde ou na sexta-feira, conforme foi acordado.

O Deputado Rêmoló Aloise - Queria saber de V. Exa. se esse projeto está na pauta da Comissão de Fiscalização Financeira, para ser apreciado.

O Sr. Presidente - Informamos ao Deputado Rêmoló Aloise que, assim que for encerrada a votação em 1º turno, a Presidência dará o seu encaminhamento, ou à Comissão de Administração Pública ou à de Fiscalização Financeira, já que é uma prerrogativa da Presidência.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, estou encaminhando a V. Exa. requerimento de minha autoria e do Deputado Eduardo Brandão, solicitando que o Projeto de Lei Complementar nº 48/2001, após ser votado em 1º turno, seja encaminhado apenas à Comissão de Administração Pública. Espero que seja aprovado agora pela manhã, porque foi feito um acordo entre o sindicato, a direção do IPSEMG e o próprio Governo, e há um acordo geral sobre o substitutivo apresentado pelo Deputado Eduardo Brandão na Comissão de Administração Pública. Nós, Deputados, examinamos quase 70 emendas e o substitutivo, num trabalho extremamente árduo feito pela Comissão de Administração Pública. É evidente que a comissão de mérito, neste caso, é a de Administração Pública. A Comissão de Fiscalização Financeira analisa o impacto financeiro. Isso já foi visto no 1º turno, portanto. No 2º turno, a proposição vai à comissão de mérito, e o mérito são exatamente as questões relativas à administração pública. Aliás, isso já ocorreu no 1º turno, quando as emendas apresentadas em Plenário foram para a Comissão de Administração Pública, e foi julgado pela Mesa que ela seria a comissão de mérito. Não vejo por que mudar e remeter isso à Comissão de Fiscalização Financeira. O que me parece é que essa Comissão de Fiscalização não teria o número de dados que temos e a experiência que tivemos em analisar todas as emendas e todo o substitutivo. Ela teria que começar tudo novamente, podendo fazer modificações que não fossem aquelas que duramente acordamos com a direção do IPSEMG, sindicatos, na sua totalidade, e o Governo. Então, peço encarecidamente à Presidência que mantenha a coerência. Estou entregando este requerimento não apenas em meu nome, mas no do relator, Deputado Eduardo Brandão, para que seja destinado à Comissão de Administração Pública o projeto, em 2º turno. Muito obrigado.

- Vem à Mesa:

#### REQUERIMENTO

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, requer a V. Exa. que o Projeto de Lei Complementar nº 48/2002 seja distribuído, em 2º turno, apenas à Comissão de Administração Pública.

Sala das Reuniões, 20 de março de 2002.

Rogério Correia - Eduardo Brandão.

O Sr. Presidente - A Presidência informa ao ilustre Deputado Rogério Correia que não defere, de imediato, o seu requerimento e que oportunamente se manifestará sobre ele. Assim que acabarmos o processo de votação, a Presidência se reunirá com as Lideranças e tomará essa decisão, já que até agora o projeto tem caminhado com o Acordo de Líderes. Assim, não haverá nenhuma divergência e nenhum atraso na

tramitação do projeto. Assim que terminarmos, nos sentaremos, e tomarei a decisão quanto à comissão a que será encaminhado o projeto.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Sr. Presidente, como Líder do PDT, gostaria de comunicar a esta Casa que o PDT vota favoravelmente ao projeto. Dos seis membros da Bancada do PDT, cinco estão presentes, já que temos um companheiro com problemas de saúde, em casa, que não teve como comparecer. Tenho uma solicitação e um apelo para fazer a este Plenário, aos Deputados. Já foi acordado, na reunião de Lideranças, já foi colocada a posição para o 1º turno. Acho que muita água ainda passará - usando o dito popular - debaixo da ponte, serão várias as discussões no 2º turno. Não cabe agora ficarmos aqui nos desgastando, expondo opiniões, isso não nos levará a nada, Sr. Presidente. O que devemos fazer agora é votar, aprovar o projeto em 1º turno, sentar-nos na mesa de negociação, ir para as comissões e votar. Qualquer coisa que se fale agora não mudará em nada o processo.

Então, gostaria de fazer um apelo aos nobres Líderes para que tragam os companheiros para o Plenário. Vamos votar por quê? Porque a discussão ainda acontecerá. Haverá uma grande discussão no 2º turno. Há companheiros nas galerias esperando, temos um trabalho para ser feito dentro da Casa e podemos adiantá-lo. Lembro, mais uma vez, que há um acordo de Lideranças e que acordo, nesta Casa, sempre foi cumprido. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - A Presidência informa ao ilustre Deputado Alencar da Silveira Júnior que qualquer manifestação está dentro do nosso Regimento. Esta Presidência dará a palavra a qualquer Deputado que quiser se manifestar.

O Deputado Eduardo Brandão - Sr. Presidente, seria exatamente para informar aos Deputados que, na Comissão de Administração Pública, durante os 15 dias em que o projeto nela tramitou, com a participação de todas as bancadas desta Casa, inclusive com a participação do Governo e com uma brilhante atuação do Líder do Governo, Deputado Antônio Andrade, pudemos arredondar todas as vontades que existiam, de todos os segmentos, tanto do Governo quanto dos servidores e do IPSEMG. Chegamos a esse consenso graças ao bom-senso de todas as pessoas da Casa que participaram. Então, fizemos esse requerimento, de minha autoria e do Deputado Rogério Correia. Aliás, ele nem precisaria ser feito. É preceito regimental que o projeto volte à comissão de mérito. No caso, cabe à Comissão de Administração Pública o Projeto de Lei Complementar nº 48. Então, fica o nosso pedido a V. Exa. para que seja encaminhado o projeto, já que a nossa Comissão, com todos os segmentos e as bancadas, o acertou. Acho que não é pertinente que ele vá a outra comissão agora, já que chegamos a esse consenso. Se ele for a outra comissão, podemos ter alteração no seu texto e na sua colocação. Então, fica o nosso pedido a V. Exa., junto com o requerimento apresentado pelo Deputado Rogério Correia.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Sr. Presidente, de acordo com os entendimentos havidos entre as Lideranças da Casa, o Governo e os representantes dos servidores, está aí o texto consensual para ser votado pela Casa. Diante disso, conforme havíamos anunciado ontem na Comissão de Administração Pública, estamos requerendo, oficialmente, a retirada do substitutivo apresentado pela Bancada do PSDB. Estamos de acordo com o projeto que está na pauta, de acordo com os entendimentos mantidos nesta Casa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 48/2001, do Governador do Estado, que dispõe sobre o sistema de previdência e assistência social dos servidores do Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinaram por sua aprovação. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Administração Pública, que opina pela rejeição do Substitutivo nº 1 e das Emendas nºs 1, 2, 4, 7, 11, 12 e 14 a 28 e pela aprovação do Substitutivo nº 2, que apresenta, e das Emendas nºs 3, 5, 6, 8 a 10, 13 e 29. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o inciso I do art. 260 do Regimento Interno. Os Deputados que desejarem aprová-la registrarão "sim", e os que desejarem rejeitá-la registrarão "não". A Presidência lembra ao Plenário que, nos termos do art. 192 do Regimento Interno, a matéria será aprovada se obtiver 39 votos favoráveis. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Miguel Martini.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores que nos acompanham nesta votação, assumimos um compromisso desta tribuna, durante a última manifestação a respeito desse projeto, e dissemos que, como Líder do PSB, estaríamos acompanhando a orientação daquilo que fosse verdadeiramente de interesse dos servidores públicos como um todo e que nos orientaríamos pela palavra, pela posição dos sindicatos.

Esse projeto, depois das emendas, depois dos substitutivos, melhorou muito, está muito diferente do projeto original, razão pela qual, na qualidade de Líder do PSB, vamos encaminhar pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 48. Mas isso não modifica a nossa postura de, cumprindo a nossa missão, cumprindo o nosso dever nesta Casa, principalmente a partir da grande quantidade de denúncias que recebemos a respeito da atual diretoria, pedir ao Presidente que esse Instituto seja investigado.

Desta tribuna vamos apresentar todos os documentos, todas as denúncias, pedindo, para o bem do IPSEMG, para o bem do servidor público de Minas Gerais, que o Instituto seja verdadeiramente investigado e que dê segurança a todos, não somente aos seus funcionários, mas também a todos os servidores públicos do Estado. Esse Instituto vai prosperar, mas sem corrupção, sem malversação de verbas públicas, sem manipulação, para que o interesse do servidor público seja defendido acima de tudo.

Esse é o compromisso que estamos assumindo. A nossa bancada está orientada a votar pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 48.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Marcelo Gonçalves.

O Deputado Marcelo Gonçalves\* - Sr. Presidente, como Vice-Líder do PDT nesta Casa, mais uma vez, vimos ratificar o nosso voto a favor do Projeto de Lei Complementar nº 48.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, colegas Deputados, como integrante do PT na Comissão de Administração Pública, apresentei, em nome do meu partido, uma série de emendas ao projeto original, na sua grande maioria, acatada pelo relator, Deputado Eduardo Brandão, a quem gostaria de agradecer o empenho que fez para o acerto desse acordo final do projeto.

As emendas apresentadas pelo PT têm o objetivo de aperfeiçoar o projeto original, que julgamos correto, mas precisava ser melhorado e, de fato, foi.

Quero citar, entre as emendas que apresentamos, as que considero essenciais, que foram acatadas e constam no texto do substitutivo. A primeira diz respeito ao fato de a gestão da previdência ficar para o IPSEMG, e não com as Secretarias da Fazenda e de Administração. Sem sombra de dúvida, essa é a principal conquista dos servidores: trazer para eles a gestão da previdência, a gestão do fundo.

A segunda é que também conseguimos estabelecer tanto o conselho de administração quanto o de fiscalização do fundo de maneira paritária, ou seja, o conselho deve ser composto metade por servidores, que não apenas administrarão, mas também fiscalizarão a aplicação do fundo. Isso é fundamental para o exercício da democracia. E, para ampliar ainda mais a democracia, também foi acatada uma emenda que apresentei

em nome da Bancada do PT, que estabelece que só poderá haver qualquer processo de extinção do instituto público de previdência se houver um plebiscito em que o funcionário, majoritariamente, manifestar esse desejo.

Isso não vai acontecer, mas pode vir algum governo neoliberal por aí. Então, assim como a COPASA e a CEMIG só poderão ser privatizadas com o aval popular - ou seja, nunca -, também a previdência nunca terá fim, porque seus funcionários não votarão contra si mesmos. São exemplos de emendas que democratizaram a fiscalização e o controle do servidor da previdência social, bandeira que há muito defendemos.

Sr. Presidente, não vou me alongar porque o fundamental é votar. Mas quero dizer que houve várias outras conquistas. Citei apenas algumas. Insisto em que isso deve continuar porque ainda teremos o 2º turno desse projeto, que precisa ser definido. Já conversei a esse respeito com V. Exa., que ficou de discutir o assunto no Colégio de Líderes. Então, faço um apelo aos Líderes. O projeto já foi à Comissão de Administração Pública, que é qualificada a fazer todo esse acordo, sob o comando do Deputado Eduardo Brandão, seu relator. Debruçamo-nos sobre o projeto por dias e dias, assim como os sindicatos, a direção do IPSEMG e os representantes do Governo. Estudamos emenda por emenda e seu impacto financeiro. Analisamos o custo e o benefício de cada uma das mais de 100 emendas que chegaram à comissão, além do substitutivo.

Portanto, fizemos um estudo muito rigoroso da questão, e julgo que remeter o projeto a uma outra comissão é, no mínimo, arriscado. Pode dar errado, não porque os Deputados queiram isso - não existe nenhuma suspeição a respeito de nenhuma outra comissão -, mas, sim, porque aquela comissão já detalhou tudo, e tudo já foi estudado. Por isso, faço um apelo aos Líderes para que as coisas continuem fluindo com a mesma normalidade, ou seja, para que a Comissão de Administração Pública seja responsável pela análise da matéria em 2º turno. Se houver alguma modificação a fazer, que ela seja feita a partir do avanço já obtido no 1º turno e não corramos o risco de começar do zero e fazer tudo de novo, quem sabe, desagradando a gregos e troianos, no caso, servidores e Governo.

Então, Sr. Presidente, renovo o pedido em meu nome e creio que também em nome dos Deputados da Comissão de Administração Pública, de seu Presidente e de seu relator, Deputado Eduardo Brandão, para que o projeto, no 2º turno, seja remetido à comissão de mérito qualificada para isso, a de Administração Pública.

Quero também parabenizar o Deputado Antônio Andrade. Só haveria consenso se o Governo concordasse com isso, e houve sensibilidade de sua parte para escutar muito mais quem entende do assunto, como a direção do IPSEMG e os sindicatos, do que outras partes do Governo, como a secretaria de finanças. O Deputado Antônio Andrade escutou o IPSEMG em nome do Governo. Isso foi fundamental.

Termino homenageando a diretoria do IPSEMG, a frente de sindicatos contra a destruição do serviço público, o sindicato dos servidores e os funcionários do IPSEMG, que lotaram as galerias do Plenário e foram fundamentais para que o projeto tramitasse como queríamos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Márcio Cunha.

O Deputado Márcio Cunha\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, ilustres servidores, em meu nome e no da bancada do meu partido, o PMDB, gostaria de cumprimentar todos os Srs. Deputados pelo esforço conjunto de trazer ao Plenário, hoje, esse projeto para votação, em uma manhã histórica, não só para os servidores, mas também para a administração pública estadual.

Concordo com o ilustre Deputado Miguel Martini no que diz respeito a termos de dar satisfação quanto a qualquer denúncia. Mas lembro o que era esse Instituto há três anos, quando não sabíamos se iria continuar, qual seria seu futuro. Hoje há um compromisso inequívoco, representado por esse projeto, de criar um instituto para os servidores e para a administração pública estadual.

Quero aqui reafirmar o compromisso desse Governo com os servidores, com o IPSEMG e, sem dúvida alguma, com a saúde financeira desse Instituto, que é um patrimônio do nosso Estado. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Eduardo Brandão.

O Deputado Eduardo Brandão\* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, venho a esta tribuna apenas para agradecer a participação de todos os Deputados desta Casa na elaboração do substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 48. Um trabalho árduo, de mais de 15 dias, de toda a Consultoria e a assessoria da Comissão de Administração Pública e que teve a participação também do Sindicato dos Servidores do IPSEMG, da Frente contra a Destruição do Serviço Público, da diretoria do IPSEMG e da Secretaria de Governo, orquestrada, principalmente, pelo Líder do Governo, Deputado Antônio Andrade.

São de autoria do Deputado Antônio Andrade as duas emendas que criaram os Conselhos de Administração e Fiscal, que foram um grande avanço, uma grande inovação ao projeto enviado a esta Casa pelo Governo.

Temos, a partir de hoje, um novo marco na Previdência do Estado de Minas, com o mérito de todos vocês que participaram conosco na elaboração desse projeto. Ninguém faz nada sozinho, e só fazemos algo se tivermos, como sempre tivemos, a bênção de Deus. Muito obrigado e um abraço a todos.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Luiz Tadeu Leite.

O Deputado Luiz Tadeu Leite - Sr. Presidente, Srs. Deputados, na condição de Líder da Maioria nesta Casa, cumpre-nos, inicialmente, aplaudir o fecundo momento em que esta Casa acolhe o acordo que acabou de ser feito, que viabiliza a aprovação do projeto da Previdência estadual.

Os funcionários públicos estaduais e os funcionários do IPSEMG acompanharam, de todos os recantos de Minas Gerais, a tramitação desse projeto, e estão sentindo que esta Casa está cumprindo seu papel, sua finalidade social, e sendo razoável, como se espera de uma Casa Legislativa. Demonstra, com isso, independência, ou seja, o não-atrelamento ao Poder Executivo, para aprovar apenas o que dele vem quadradinho, amarradinho, empacotado. Esta Casa procura conversar e buscar alternativas, porque tem o respaldo do Governo, porque o Governador Itamar Franco, democrata que é, aceita as boas idéias, como as que foram insculpidas no projeto original.

Cumprimento o Líder do Governo, Deputado Antônio Andrade, e o relator, Deputado Eduardo Brandão, pela facilidade que tiveram de absorver as sugestões que aqui foram dadas.

Ficou claro, nas matérias incluídas no projeto, que o que estamos preconizando é o fortalecimento do IPSEMG. Não queremos um IPSEMG mitigado, enfraquecido, um IPSEMG que não seja a glória do funcionário e em que ele não possa confiar nos momentos de necessidade. Na hora da enfermidade, é o IPSEMG; na hora da aposentadoria, é o IPSEMG. A certeza de um instituto sério é preciso ficar clara no Projeto de Lei Complementar nº 48.

Pedimos, agora, a agilização na votação em 1º turno, que vai acontecer hoje, e, em seguida, para a do 2º turno. Que a matéria fique na Comissão de Administração, porque a conhece bem e não haverá novas matérias.

Parabenizo não apenas a Assembléia, mas também os funcionários que estiveram nesta Casa praticamente em vigília, durante noites indormidas, acompanhando a tramitação do projeto, motivados por uma causa que é de todos os funcionários. Por outro lado, repudio as aleivosias lançadas, ainda que indiretamente, contra os atuais Diretores do IPSEMG.

Não tenho procuração para defendê-los, mas com eles tenho convivido e sou testemunha de seu trabalho sério e correto e da sua total dedicação, que se justifica principalmente por serem oriundos do próprio funcionalismo. É a primeira vez que um Governador tem a coragem cívica de colocar um funcionário, um sindicalista para dirigir o IPSEMG.

Não precisamos consertar a cadeira que não está quebrada. As coisas funcionam bem. Se não estivessem funcionando bem, os próprios funcionários seriam os primeiros a denunciar. E o que acontece é exatamente o contrário. Sabemos do apoio cívico que os funcionários do Governo do Estado e do IPSEMG estão dando à sua atual diretoria.

Portanto, Dr. João Diniz Júnior, receba a solidariedade da maioria desta Casa com o trabalho sério que até agora vem sendo desenvolvido pela atual diretoria do IPSEMG.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, vamos votar e, a partir de hoje, poderíamos criar nesta Casa a bancada de Deputados do IPSEMG, daqueles que irão sempre defender o fortalecimento do Instituto como órgão essencial para a tranquilidade atual e futura do servidor estadual de Minas Gerais.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Arlen Santiago.

O Deputado Arlen Santiago\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, público das galerias, especialmente funcionários públicos, a Bancada do PTB, partido que instituiu no Brasil a carteira de trabalho e o voto feminino, é totalmente favorável à aprovação do projeto da Previdência.

A preocupação de criar a Previdência vem um pouco tarde, mas cada hora é aquela que Deus quer.

Infelizmente, o Governo colocou nesta Casa um projeto discutido à exaustão. Pode até não ser o ideal, mas é o melhor que o povo de Minas Gerais conseguiu.

Daqui para a frente, todos nós, principalmente os funcionários públicos, de cuja classe faço parte, assim como minha mãe e minha irmã, teremos que nos empenhar para que os sindicatos fiscalizem bem, para que o Tribunal de Contas e que também esta Casa fiscalizem a boa aplicação dos recursos.

Em Montes Claros, a previdência municipal passa por momentos extremamente difíceis. Os bens do atual Prefeito estão indisponíveis porque há claros indícios de mau uso do dinheiro dos funcionários públicos municipais. E não foi o sindicato nem a Câmara que apuraram, foi uma ação popular. Por isso o PTB está solidário, votando pela aprovação desse projeto, sendo a favor também da fiscalização de seus recursos.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado João Paulo.

O Deputado João Paulo\* - Sr. Presidente, serei breve, porque percebo que o Plenário se esvazia e é preciso haver quórum para votação. Ao final de minha breve fala, dispense a fala dos colegas funcionários públicos, porque não me vejo merecedor, já que apenas cumpro uma obrigação que a Assembléia tem de resgatar perante um contingente de servidores públicos do Estado.

Cumprimento o Deputado Eduardo Brandão, do PL. Falo em nome de nossa bancada, sem prejuízo de nenhuma manifestação de outro colega nosso. Apoiamos o Deputado e a ele ofertamos algumas contribuições na relatoria desse importante projeto. Temos dez Deputados que votarão favoravelmente a esse projeto de lei.

Cumprimento os servidores que se encontram nas galerias e tenho a plena consciência de que não estão aqui em defesa de seus interesses pessoais, mas defendendo um contingente de servidores públicos não só do Estado, como também de prefeituras que mantêm convênio com o IPSEMG e que, principalmente por intermédio do hospital, conseguem um atendimento que foi negado a outros servidores públicos do País.

Presidi uma entidade de natureza jurídica semelhante ao IPSEMG na Prefeitura de Belo Horizonte, a Previdência Municipal, e, na oportunidade, não tive como impedir a disponibilização do Hospital Odilon Behrens para a sociedade. O hospital pertencia apenas ao servidor da Prefeitura de Belo Horizonte e foi colocado à disposição da sociedade, porque passou a integrar a malha do SUS. Quando presidi a Câmara Municipal de Belo Horizonte, consegui separar recursos do orçamento da Prefeitura para a construção da clínica que desde então funciona na Rua Paraíba, 890, na Savassi. Infelizmente, essa clínica está cobrando consultas e intervenções cirúrgicas de pequeno porte.

Cumprimento o servidor que vem aqui na defesa de um contingente pisoteado, esmagado, pressionado, perseguido, que é o servidor público do Estado de Minas Gerais, não atendido em suas demandas. Essa mobilização foi responsável pelo atendimento dessa reivindicação, que é absolutamente justa. Se tivesse havido uma mobilização como esta por parte dos servidores da Prefeitura de Belo Horizonte, o prejuízo não se teria instalado lá como ocorreu. Parabéns a todos pela votação que faremos daqui a pouco.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Dimas Rodrigues.

O Deputado Dimas Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, cumprimento os funcionários do IPSEMG, que estão lutando por uma causa mais do que justa, que lhes pertence. Peço aos nossos colegas Deputados que votemos de imediato. Cumprimento nosso relator, Deputado Eduardo Brandão, e o Líder do Governo, Deputado Antônio Andrade, que, juntamente com todas as bancadas, lutou por que esse projeto fosse aprovado. Quero também cumprimentar o Dr. João Diniz, a sua diretoria e todos os seus funcionários pelo excelente trabalho prestado à frente desse órgão, em que hoje não há burocracia. Isso realmente facilitou a vida do político e de todos os funcionários.

Parabenizo o Deputado Eduardo Brandão pela sua relatoria e a todos os Deputados que vão aprovar, de imediato, o Projeto de Lei Complementar nº 48. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Hely Tarquínio.

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, pessoas presentes nas galerias, neste momento não poderíamos deixar de vir à tribuna para também fazer uma reflexão sobre o que se passou nesta Casa durante os últimos dias, quando confeccionamos e avaliamos esse projeto. Esta foi uma das poucas vezes em que realmente aconteceu um momento democrático, quando Minoria e Maioria participaram com o conjunto do funcionalismo, representado pelo sindicato, pelos seus dirigentes, enfim, por todos os interessados nesse projeto da Previdência.

Realmente, previdência é um parâmetro importante para se medir a evolução de um povo. Estamos dando um grande passo para mostrar que Minas Gerais é um dos Estados mais importantes do Brasil. Ao atendermos a seguridade social, que é dividida em saúde, previdência e assistência social, nós, do PSDB, queremos dizer, alto e bom som, que retiramos o nosso substitutivo, em nome do entendimento. Fizemos essa simbiose, essa síntese juntamente com o Governo e a bancada de apoio.

Quero ressaltar o trabalho do Líder do Governo, Deputado Antônio Andrade, que tem facilitado também a convivência neste parlamento. É uma hora de fortuna para esta Casa. É assim que as leis devem ser feitas.

Queremos fazer um alerta ao conjunto dos servidores públicos e a este parlamento para que a alegria de hoje e dos próximos dias, quando iremos realmente confirmar esse projeto na votação em 2º turno - e ele certamente receberá correções para que seja aprimorado cada vez mais -, não seja frustrada. Isso porque, de modo geral, as leis são aprovadas, sancionadas pelo Governo, mas não são regulamentadas.

Como já disse, previdência é o parâmetro mais importante para se medir a evolução de um povo. Tomamos o cuidado de separar previdência de saúde, conforme a reivindicação dos servidores e conforme manda a Constituição, ou seja, que se tivesse um caixa separado do caixa único do Governo, que é uma mazela permanente de todos os Governos dos Estados e da União. Então, quero deixar um alerta para os dirigentes e para o conjunto dos servidores, que merecem nossa homenagem por sua participação, na defesa de seus interesses, juntamente com os parlamentares, que são seus mediadores: cuidado, que esse projeto pode ser sancionado e não ser regulamentado. Depois, podem vir resoluções e artifícios, fazendo com que não se realize o caixa do FUNPEMG, o conselho gestor e o conselho de fiscalização externo. Não quero ser pessimista. Ao contrário, associe-me ao entusiasmo e à emoção do momento, pela utilização da razão para acomodar a situação e adaptar os princípios constitucionais. Também quero ser um parceiro de vocês, dizendo que o PSDB abriu mão do substitutivo para viabilizar a previdência dos funcionários do Estado de Minas Gerais. Mas quero que esse alerta fique gravado em sua memória, para que acompanhem a evolução da votação, a hora em que o projeto for sancionado e a de sua regulamentação, para que definitivamente seja materializado "ipsis litteris" o que está no projeto. É lógico que, ao longo do tempo, ele poderá sofrer modificações, porque não há nada acabado neste mundo. Sempre deve haver adaptações, mas com muita razão, muito empenho e muito compromisso. Parabéns a vocês. Vamos votar favoravelmente.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Carlos Pimenta.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, o Líder do nosso partido, PDT, já expressou publicamente o apoio incondicional de toda a nossa bancada neste momento histórico, importante para o funcionalismo público estadual, e quero apenas reforçar a posição do PDT.

Quero dizer também que acabo de receber um telefonema de alguns Vereadores, que me informam que, em Montes Claros e em outras cidades do Estado - acredito que em todas elas -, acontece uma verdadeira vigília de professores, de trabalhadores da área educacional, que acompanham atentamente o que se desenrola neste Plenário. Então, a Assembléia vai dar um testemunho histórico de respeito ao funcionalismo.

E, neste momento, não poderia deixar de ressaltar a posição do Líder do Governo, Antônio Andrade, que, nos últimos 15 dias, tem feito uma peregrinação pelos gabinetes, com trânsito livre em todas as bancadas, trabalhando no processo de aperfeiçoamento desse projeto. Quero dar os parabéns ao Toninho, extensivos ao Governador Itamar Franco. Também quero falar sobre o Presidente da Casa, Deputado Antônio Júlio, que tem feito um trabalho incansável. Acho que é preciso que realcemos a posição de parlamentares cuja atuação foi fundamental para que chegássemos a este momento. Parabéns à Assembléia Legislativa.

Vamos dar o nosso voto com consciência e transparência. Acompanho o IPSEMG desde a legislatura anterior, quando se fez uma CPI sobre esse instituto, de que participei, que veio referendar a grandiosidade, a honestidade e, principalmente, a eficiência do IPSEMG para nosso Estado. Parabéns, Minas Gerais! Parabéns, funcionários!

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, a Deputada Elaine Matozinhos.

A Deputada Elaine Matozinhos\* - Sr. Presidente, Deputados, funcionários, ontem mesmo tivemos a oportunidade de ocupar a tribuna para falar de nosso apoio ao Projeto de Lei Complementar nº 48. Mas não poderia deixar de me referir, neste momento histórico, até mesmo como funcionária pública, cuja família é usuária do IPSEMG, àquela faixa "A saúde dos servidores do Estado de Minas Gerais está em boas mãos: o IPSEMG. Preserve-o!". Nesta Casa, estaremos preservando um instituto importantíssimo, que hoje conta com uma grande administração. Aliás, aproveito para deixar o registro do nosso apreço, carinho e reconhecimento ao Dr. João Diniz e ao Dr. Roberto Bittencourt, que são incansáveis na melhoria do nosso instituto. E quero parabenizar todos os funcionários que aqui estão, que fizeram um verdadeiro ato cívico, até mesmo nas escadarias, tocando e cantando o Hino Nacional, para que pudéssemos, neste momento, fazer a história do IPSEMG e a história da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Obrigada, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Edson Rezende.

O Deputado Edson Rezende\* - Sr. Presidente, como servidor público, como médico do Estado, concursado desde 1987, não poderia deixar de dar o meu depoimento, representando os servidores públicos do Estado de Minas Gerais.

Esse projeto resgata a possibilidade de olhar para o futuro. Que futuro teremos sem a previdência? Que futuro teremos sem o fundo previdenciário? Que futuro teremos se não temos autonomia? É uma grande vitória dos servidores públicos do Estado de Minas Gerais, da Assembléia Legislativa e das comissões.

Esta previdência tem de resgatar o nosso futuro, o futuro de quem trabalha e constrói o serviço público do Estado de Minas Gerais. Os trabalhadores precisam ter todo o respeito e todo o carinho. Não tínhamos, até o momento, a garantia de um fundo previdenciário com autonomia e com recursos. Em todo final de governo, o fundo era rapado e levado para o caixa único, enquanto ficávamos sem a segurança dele.

Essa vitória é de todos nós. É importante que a condição de assistência à saúde da previdência seja mantida. É importante aprovarmos esse projeto o mais rápido possível.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, neste momento, sinto a mesma alegria de quando aprovamos o nome do ilustre Presidente João Diniz Júnior. Referendamos o nome do ilustre Presidente em decorrência do apelo da família IPSEMG.

Após essas turbulências vividas pela Presidência, mais que nunca, a Assembléia Legislativa, num esforço concentrado e pela liderança do nosso caríssimo Deputado Antônio Andrade, de V. Exa. e de todo Colégio de Líderes, neste momento histórico de Minas Gerais, resgata os direitos daqueles que trabalham pelo Estado de Minas. Esse trabalho reforça a democracia, e a cidadania haverá de prevalecer. Votaremos favoravelmente, e o PPB estará junto.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Alberto Bejani.

O Deputado Alberto Bejani - Sr. Presidente, ouvi V. Exa. dizer, no início, que é democrático as pessoas se pronunciarem antes da votação. Como muitos já falaram, é hora de começarmos a votar. Solicito a V. Exa. e aos demais companheiros que votemos, porque há outras matérias a serem discutidas. Muito obrigado.

#### Execução do Hino Nacional

O Sr. Presidente - Antes de colocar em votação o projeto, a Presidência atenderá um pedido dos servidores do IPSEMG, que gostariam de cantar o Hino Nacional, com a participação do coral do IPSEMG.

- A platéia canta o Hino Nacional.

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Antônio Carlos Andrada, na condição de Líder da Bancada do PSDB, solicitando seja retirado de tramitação o Substitutivo nº 1 ao Projeto de Lei Complementar nº 48/2001. A Presidência defere o requerimento, de conformidade com o inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno.

#### Questões de Ordem

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Sr. Presidente, gostaria que V. Exa. colocasse o projeto em votação, tendo ao fundo o Hino do IPSEMG. Seria uma data histórica nesta Casa.

O Deputado Alberto Bejani - Sr. Presidente, pediria a V. Exa.: ou a música ou o voto, os dois juntos não combinam.

O Sr. Presidente - A Presidência informa aos Deputados que respeita o que está acontecendo agora e solicitaria que os Deputados respeitassem este momento em que os funcionários cantam o Hino do IPSEMG.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar V. Exa. porque este momento é de civilidade, acho que é um momento que todos nós devemos respeitar, cumprimentando os servidores do IPSEMG. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Em votação, o Substitutivo nº 2, salvo emendas.

-Votaram "sim" os seguintes Deputados:

Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Bilac Pinto - Cabo Morais - Carlos Pimenta - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Doutor Viana - Durval Ângelo - Edson Rezende - Eduardo Brandão - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Gil Pereira - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Ivo José - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Braga - José Henrique - José Milton - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Mauri Torres - Mauro Lobo - Miguel Martini - Olinto Godinho - Pastor George - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira - Wanderley Ávila.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 60 Deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovado o Substitutivo nº 2, salvo emendas. Com a aprovação do Substitutivo nº 2, ficam prejudicadas as Emendas nºs 3, 5, 6, 8 a 10 e 13 e 29. Em votação, as Emendas nºs 1, 2, 4, 7, 11, 12 e 14 a 28.

- Votou "sim" o seguinte Deputado:

Miguel Martini.

- Votaram "não" os seguintes Deputados :

Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Ambrósio Pinto - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Bilac Pinto - Cabo Morais - Carlos Pimenta - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Doutor Viana - Durval Ângelo - Elaine Matozinhos - Gil Pereira - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Ivo José - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Braga - José Henrique - José Milton - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Mauri Torres - Olinto Godinho - Pastor George - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira - Wanderley Ávila.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, peço que desconsidere o meu voto. Votei equivocadamente. O meu voto é "não".

O Sr. Presidente - A Presidência faz a retificação do voto do Deputado Miguel Martini. Votaram "não" 56 Deputados. Não houve nenhum voto "sim". Estão, portanto, rejeitadas as Emendas nºs 1, 2, 4, 7, 11, 12 e 14 a 28. Fica, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei Complementar nº 48/2001 na forma do Substitutivo nº 2. À Comissão de Fiscalização Financeira.

O Sr. Presidente (Deputado Ivo José) - Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.058, que autoriza a celebração de convênios entre as universidades e os municípios do Estado para a implantação de cursos Normal Superior e de Pedagogia. A Comissão Especial

opina pela rejeição do veto. Em discussão, o veto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência vai submeter a matéria a votação por escrutínio secreto, nos termos do inciso X do art. 261, c/c o inciso II do art. 263 do Regimento Interno. Em votação, o veto.

- Registram seus votos os seguintes Deputados:

Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Alencar da Silveira Júnior - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Doutor Viana - Durval Ângelo - Eduardo Brandão - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Gil Pereira - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Ivo José - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Braga - José Henrique - José Milton - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Mauri Torres - Mauro Lobo - Olinto Godinho - Pastor George - Paulo Pettersen - Rêmoló Aloise - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira - Wanderley Ávila.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 5 Deputados. Votaram "não" 52 Deputados. Está, portanto, rejeitado, em turno único, o Veto Total à Proposição de Lei nº 15.058. À promulgação.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a reunião extraordinária de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

\* - Sem revisão do orador.

### ORDENS DO DIA

Ordem do dia DA 337ª reunião ordinária, EM 26/3/2002

#### 1ª Parte

##### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

##### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

##### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

##### 2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.002, que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais a projetos esportivos no Estado. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.024, que dispõe sobre o atendimento a clientes em estabelecimentos bancários. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.026, que dispõe sobre a exigibilidade de demonstrativo detalhado do serviço prestado pelas operadoras de telefonia no Estado. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.042, que proíbe a empresa concessionária de serviço público de água, energia elétrica ou telefonia de efetuar a suspensão do fornecimento residencial de seu serviço nos dias que especifica e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.048, que dispõe sobre o pagamento de débitos decorrentes da propriedade de veículo automotor. A Comissão Especial perdeu o prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 10.050, que dispõe sobre o Programa de Fomento ao Desenvolvimento das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte do Estado de Minas Gerais - Micro Geraes. A Comissão Especial perdeu o prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.051, que dispõe sobre a recomposição das tabelas de valores mensais de vencimentos de cargos e funções de chefia dos Quadros Especiais de Pessoal da FHEMIG e da HEMOMINAS e dos cargos do Quadro de Pessoal do IPSEMG e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.052, que institui gratificação-saúde para o servidor do Quadro Especial de Pessoal da Secretaria da Saúde e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.055, que dispõe sobre a política de proteção à fauna e à flora aquáticas e de desenvolvimento da pesca e da aqüicultura no Estado e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.061, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2002. A Comissão Especial perdeu o prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.063, que dispõe sobre a exploração e a fiscalização de loterias de bingo pela Loteria do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 95ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça, a realizar-se às 10 horas do dia 26/3/2002

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.939/2002, do Governador do Estado; 1.944/2002, do Deputado Antônio Júlio; 1.951/2002, do Deputado Gil Pereira; 1.969 e 1.972/2002, do Governador do Estado; 2.002/2002, do Deputado Irani Barbosa.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.975/2002, do Deputado Alberto Bejani; 1.973/2002, do Governador do Estado; 1.993/2002, do Deputado João Batista de Oliveira; 1.996/2002, do Deputado José Milton.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA, NO PRAZO DE 120 DIAS, APURAR O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA PRISIONAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES E OUTROS MUNICÍPIOS, VERIFICANDO A POSSÍVEL PARTICIPAÇÃO DO PODER PÚBLICO, COM GRUPOS DE CRIMINOSOS ORGANIZADOS, NOS ESQUEMAS DE FACILITAÇÃO DE FUGA, TRÁFICO DE DROGAS, LIBERDADE E SOLTURA EXTRALEGAL A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 26/3/2002.

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir os depoimentos dos Srs. Rogério José Amaral dos Santos e Iran Ferreira, detentos da Penitenciária Nelson Hungria; Sheila Ferman Campolina, ex-Diretora Administrativa da Penitenciária José Maria Alckimin.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 84ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, a realizar-se às 15 horas do dia 26/3/2002

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.543/2001, do Deputado Luiz Menezes.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 86ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, a realizar-se às 15 horas do dia 26/3/2002

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 3.196 e 3.197/2002, do Deputado Dimas Rodrigues.

Finalidade: apreciar a matéria constante na pauta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 104ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos, a realizar-se às 9h30min do dia 27/3/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.844/2001, da Deputada Maria José Haueisen.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 3.208/2002, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.222/2002, do Deputado João Paulo.

Finalidade: apreciação da matéria constante na pauta e realização de audiência pública, com convidados, para debater a falta de leitos e o atendimento em centros de terapia intensiva em Belo Horizonte.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 70ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria e Comércio, a realizar-se às 9h30min do dia 27/3/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: tratar de assuntos de interesse da Comissão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 87ª reunião ordinária da comissão de Defesa do Consumidor, a realizar-se às 10 horas do dia 27/3/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: realizar audiência pública para debater a adoção de tecnologias que possibilitem verificar a adulteração de gasolina nos postos de combustíveis, à semelhança do que já ocorre com o álcool.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 80ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, a realizar-se às 14h30min do dia 27/3/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial da Prostituição Infantil

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Elbe Brandão, João Pinto Ribeiro, Márcio Kangussu e Paulo Pettersen, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 27/3/2002, às 9h30min, no Plenarinho II, com a finalidade de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 22 de março de 2002.

Rogério Correia, Presidente.

### PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

#### 334ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 19/3/2002

A Deputada Elaine Matozinhos - Sr. Presidente, Srs. Deputados, cidadãos presentes nas galerias, telespectadores da TV Assembléia, o assunto que me traz a esta tribuna é um projeto que, pelo que se pode ver, atinge praticamente todo o funcionalismo público do Estado de Minas Gerais. Refiro-me ao Projeto de Lei Complementar nº 48/2001, do Governador do Estado; ao dispor sobre o sistema estadual de previdência social e da assistência dos servidores públicos do Estado de Minas Gerais, despertou, como deveria, o interesse dos parlamentares desta egrégia Casa, que apresentaram 1 substitutivo e 29 emendas em Plenário. E é assim, nobres colegas, que temos a oportunidade de travar um construtivo debate neste Plenário, de forma que possamos aprovar um projeto que corresponda aos anseios e ao merecimento do povo de Minas.

Minha intenção é apresentar alguns pontos que me parecem de fundamental importância para que o sistema previdenciário de Minas Gerais caminhe e se mantenha em uma direção tranqüila, apesar das dificuldades que os números possam apontar.

Um ponto que me parece de grande importância é a manutenção da regra segundo a qual os aposentados não devem contribuir para o sistema. A cobrança da contribuição dos inativos, idéia sempre acalentada e apoiada pelo Governo Federal neoliberal, é uma aberração que não pode ter espaço na previdência mineira, ao menos não enquanto for possível evitar tamanha aberração. Neste aspecto, andou muito bem o Governo de Minas, que, tal como salientou nesta Casa o Exmo. Sr. Secretário de Administração, respeitou a premissa da não-contribuição dos inativos para a aposentadoria.

Outro aspecto que nos parece importante é a necessidade de dotar o sistema de uma garantia para impedir que, no futuro, seja lá por que motivo for, possam os pensionistas e beneficiados ficar desamparados. E, nesse sentido, é fundamental que o Estado se responsabilize subsidiariamente em relação ao Fundo pelo pagamento dos benefícios a que fazem jus os pensionistas, o que é certo em relação aos atuais servidores, mas pode não ser em relação aos servidores cujo pagamento estará a cargo do FUNPEMG.

Andou bem o Governo ao não alterar, com sua proposta, no regime previdenciário em vigor, a extensão dos benefícios aos servidores não efetivos e a não-alteração na previdência dos servidores efetivos atuais, inclusive com a manutenção das atuais alíquotas de contribuição.

Finalmente, o que nos parece mais importante é a necessidade de que a administração do novo fundo esteja a cargo do IPSEMG, e não do Governo Estadual. Sabemos, pela experiência, que os governos costumam tentar atrair para o seu caixa único e para seus projetos políticos todo o patrimônio de que possam dispor. Neste sentido, bem disse nesta Casa o Sr. José Prata Araújo, representante dos servidores do Poder Executivo, que a crise do sistema previdenciário resulta de um histórico desvio de recursos da Previdência para outros fins. Por esse motivo, Srs. Deputados, entendemos que a administração do Fundo deve estar nas mãos dos membros do IPSEMG, exatamente nos termos do projeto apresentado pelo Governo.

Mas, se, por um lado, entendemos que a administração deve ser exercida pelo IPSEMG, por outro, pregamos o entendimento de que deve haver uma rígida fiscalização das medidas e dos atos praticados pela administração. O que nos parece ideal, portanto, é que o Fundo seja gerido de forma independente, não vinculada ao governo eventualmente empossado, mas, ao mesmo tempo, submetido a estrito controle e fiscalização, inclusive governamental.

Com esse sistema e mantendo o IPSEMG administrações do nível desta, tudo leva a crer que os beneficiários do sistema poderão dormir tranqüilos, com a certeza de que os seus direitos serão respeitados e observados.

E é neste momento que peço licença para prestar meu testemunho sobre a atual administração do Instituto. Pelo que tenho visto, é uma das melhores direções que já passou pelo IPSEMG. Homens como o economista João Diniz Pinto Júnior, Presidente do Instituto, e o médico Roberto Bittencourt, Superintendente da instituição, têm honrado o IPSEMG, merecendo o respeito e o apoio não apenas do Governador e dos parlamentares desta Casa, mas também de toda a população do Estado.

O IPSEMG, portanto, é patrimônio dos servidores do Estado e foi construído pelo desconto mensal e sucessivo nos salários dos funcionários. A junção da contribuição dos servidores à boa administração do Instituto levou-o a ser um empreendimento superavitário, plenamente viável, para não dizer lucrativo. E esse rumo só poderá ser mantido se a administração for independente, como nos mostra a experiência.

Estes, Srs. Deputados, são os aspectos que mais relevantes me pareceram. Sabemos, contudo, que várias outras questões importantes têm sido levantadas por parlamentares desta Casa e pela população do Estado. Mas os pontos que destacamos em nossa fala, em especial, são fundamentais para que o Estado e seus servidores tenham uma previdência moderna e à altura de nossas montanhas. Muito obrigada. O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Sr. Presidente, Srs. Deputados, colegas jornalistas, visitantes nas galerias, telespectadores da TV Assembléia, que criei há seis anos, a fim de mostrar para Minas o trabalho desta Casa, é gratificante subir a esta tribuna para agradecer. Agradecer ao Governo o atendimento ao pedido de um Deputado que trabalha por Minas, por muitas cidades, mas principalmente por aquelas que me deram e dão uma votação expressiva, tornando-me o majoritário e o Deputado que mais obteve votos na história política dessa cidade. Cidade amiga, onde convivo com jovens, adultos e idosos, todos me tratando como um igual. Cidade onde ando nas ruas como qualquer outro morador e convivo com todos os segmentos organizados, como a Igreja Católica, a Evangélica, o Lions, o Rotary, a maçonaria, os sindicatos, as fábricas, os asilos, as creches, os times de futebol, durante todo o mandato. Cidade que me deu, através do Poder Legislativo, o título de cidadão honorário. Todos sabemos que o Deputado pede, reivindica e luta por verbas e que a sociedade escolhe a aplicação dessa verba através das solicitações ao seu representante maior, o Prefeito.

Falo da minha querida Itabirito. De todos os Deputados votados naquela cidade na última eleição, apenas eu freqüento, trabalho e luto pela minha Itabirito. E desejo agradecer, repito, ao Governador Itamar Franco, por atender às minhas reivindicações, por dar atenção ao Deputado majoritário de Itabirito e por entender que, havendo municípios fortes, teremos um Estado forte. Quem não agradece não merece o que recebeu. Como cidadão honorário de Itabirito, tenho de dizer muito obrigado ao Governador, ao Secretário Henrique Hargreaves, por ver a necessidade de dar melhores condições de moradia aos trabalhadores das mineradoras daquela região e melhores condições de vida aos moradores do Bairro Padre Adelmo e Primavera; ao Secretário da Habitação, Ronaldo Perim, por atender ao meu pedido de viabilizar moradias àquelas pessoas; ao Secretário de Esportes, Sérgio Bruno, que, acatando meu pedido, designou o esporte solidário para Itabirito, atendendo a dezenas de crianças; ao Secretário da Educação, Murilo Hinguel, por liberar recursos para reforma da E.E. Henrique Miguel, para uma quadra na Escola Professor Tibúrcio, para a reforma do muro da Escola Queiroz Júnior e para a compra de carteiras da Escola Raul Soares; ao Secretário de Turismo, Manoel Costa, por incluir Itabirito no Circuito do Ouro, como a primeira cidade deste circuito, ao Secretário da Saúde, Carlos Patrício, por liberar verba de R\$125.000,00 para a construção de um posto de saúde; e ao Secretário da Segurança, Márcio Domingues, por informatizar a Delegacia, também a meu pedido. Hoje emplacamos nossos carros em Itabirito sem sair da cidade. Digo emplacamos nossos carros em Itabirito porque tenho dois carros emplacados lá, e, com isso, 50% do IPVA fica nessa cidade. Aí, lembro-me de que seria bom se todos os políticos que têm compromisso com Itabirito emplacassem seus carros na cidade.

Agradeço ao comandante da PM, Cel. Álvaro Antônio Nicolau, por viabilizar a entrega de um contingente maior de policiais.

Sobretudo, quero agradecer a Deus, por me dar paciência de agüentar alguns invejosos que ainda falam em apoiar outros candidatos a troco de dinheiro, vendendo, dessa forma, o futuro dos filhos da minha Itabirito. Quem trabalha para aqueles que não têm compromisso com Itabirito tenta vender o voto da gente humilde comprometendo o seu futuro. Para ter voto é preciso ter trabalho. Mas, tudo bem, isso é a democracia, o direito de escolher de cada um. Só quero lembrar àqueles que assim procedem que o povo não está mais desprevenido e ignorante.

O povo é simples, mas cheio da sabedoria da vida e não se deixa enganar.

Sr. Presidente, Deputados, todos sabemos o que fazemos aqui. Legislamos, fiscalizamos o Executivo e reivindicamos melhorias para os nossos municípios, porque cidade que não tem Deputado forte, bem votado, não tem ninguém para reivindicar por ela. Principalmente um Deputado que tenha condições de ganhar a eleição, porque já tem base política sólida, construída com mais de 14 anos de carreira política e de vida pública.

Lembremos aqui a hierarquia da política: o Líder comunitário reivindica ao Vereador. O Vereador pede a realização de obras ao Prefeito. O Prefeito solicita verbas ao Governo Estadual, por intermédio do Deputado Estadual, e verba federal, por meio de Deputado Federal, ao Presidente da República. Deputado Estadual pede ao Governador, e Deputado Federal ao Presidente da República. Se não for assim podemos fechar as Câmaras Municipais, as Assembléias e o Congresso.

Sou majoritário em 26 cidades de Minas e agradeço ao Governador o que vem fazendo por Itabirito. Isso mostra que um trabalho sério, feito com amor, o povo reconhece e dá resultado.

Mas Sr. Presidente, faço uma observação de que havia me esquecido. No último governo de Itabirito, quando o Sr. Geraldo Magno era Prefeito, tive de fazer algumas obras pela Associação Comunitária do Córrego do Bação, mas o Prefeito não tinha a documentação. Agora, Sr. Presidente, na gestão do Sr. Manoel da Mota e do Sr. Geovani Melilo, quando almoçamos no ITA e comuniquei-lhes que indicaria grande verba para os Bairros Padre Adelmo e Primavera, quase não acreditaram. Perguntei se a documentação da Prefeitura estava toda correta. Na mesma hora o Prefeito colocou-a à disposição e guardamos segredo, até então, para o lançamento dessa obra na cidade de Itabirito. O Prefeito e o Vice-Prefeito entenderam ser melhor não falarmos nada antes de confirmar a obra.

Quero, de público, desta tribuna, por último, mas não que seja menos importante, agradecer ao Prefeito Manoel da Mota e ao Vice, Geovani Melilo, que lutaram por essa grande obra nos Bairros Padre Adelmo e Primavera. Agradeço também à Câmara Municipal, que não apresentou emenda no projeto que destinava os recursos para esses dois bairros.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Deputado Alencar, estou acompanhando atentamente o pronunciamento de V. Exa. e quero testemunhar o constante e permanente trabalho que, Líder do nosso partido, o PDT, vem fazendo em relação a Itabirito. Muitas vezes - quase sempre - somos obrigados a nos desviar das nossas funções, que são essencialmente a de legislar e fiscalizar, para fazer esse trabalho de representatividade do município. Isso gera, obviamente, resposta positiva. Essa resposta V. Exa. está dando aqui, hoje, com esse esclarecimento, essa prestação de contas do seu trabalho, em função dessa cidade e de muitas outras que também tem a honra e a grave responsabilidade de representar. Somos obrigados a reconhecer que esse trabalho parlamentar é fundamental, essencial mesmo, por causa das dificuldades que os Prefeitos estão vivendo.

Vemos, por aí, uma verdadeira peregrinação dos Prefeitos à Assembléia de Minas. O que as Prefeituras recebem hoje é insuficiente para qualquer processo de investimento e crescimento de suas cidades. Mal conseguem pagar o custeio do município, a folha de pagamento, os médicos, os pagamentos, o combustível. E, graças a um trabalho dessa natureza, as coisas caminham. V. Exa. é um Deputado persistente, é um Deputado, que, volta e meia, está acompanhado de vários Prefeitos, recorrendo ao Governador Itamar Franco, recorrendo às várias secretarias. Por isso, está tendo esse resultado.

Quero parabenizá-lo pela persistência, por esse trabalho braçal, representando a cidade de Itabirito. Sou testemunha e incentivador desse trabalho, porque Itabirito vai precisar muito, principalmente neste ano, da presença constante do Deputado Alencar da Silveira Júnior, junto ao Governador e junto às Secretarias. Parabéns, Alencar. V. Exa. é um Deputado simples e de presença, mas principalmente é um Deputado de resultados práticos em benefício das cidades que tão bem representa.

O Deputado Dimas Rodrigues (em aparte) - Deputado Alencar da Silveira Júnior, quero cumprimentá-lo pela sua fala, pela sua atuação, defendendo Itabirito, que está de parabéns por tê-lo como representante. V. Exa. tem mostrado que gosta realmente daquela cidade. Prova disso é que já emplacou dois carros, instrumentos de seu trabalho, em Itabirito. Isso mostra que realmente gosta do seu povo. Parabéns pela sua luta, garra e dedicação. Parabênizo o povo de Itabirito porque tem esse grande parlamentar. Muito obrigado.

O Deputado Dilzon Melo (em aparte)\*- Quero dizer, não só em meu nome, mas no de toda a Bancada do PTB, que nos sentimos muito orgulhosos da sua participação e atuação como Deputado nesta Casa. O que nos causa mais indignação é que sabemos das dificuldades financeiras por que passa o Estado. Temos poucos recursos e poucas obras. No entanto, seu trabalho abnegado em favor de Itabirito, indo às Secretarias, acompanhando Prefeitos e Vereadores, para garimpar um pouco de recursos, é muito importante. E a indignação torna-se mais forte quando vemos que pessoas que não têm o mesmo compromisso com Itabirito colocam-se agora na vanguarda contra sua atuação como parlamentar, digna de elogios. Não há nenhum reparo a ser feito quanto a sua atuação. Isso é próprio daqueles que não querem o bem da cidade. Querem vender os futuros votos daquela cidade, daquele povo trabalhador e hospitaleiro. Querem iludir os eleitores com falsas promessas, dizendo da falta de atuação desse parlamentar. Quero contestar, em nome da nossa bancada. E fazemos isso livres de qualquer isenção, porque nem da nossa bancada V. Exa. é. Mas orgulhamo-nos do seu trabalho, dizendo que Itabirito está de parabéns por ter um representante do seu naipe, da sua altura e da sua desenvoltura. Precavenham-se aqueles que querem vender os votos de sua cidade, porque,

muito mais cedo do que pensam, serão reconhecidos, em praça pública, como vanguardeiros do voto vendido.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Agradeço as palavras dos colegas que me apartearam, a atenção de todos, aos telespectadores da TV Assembléia, aos companheiros da galeria. Que Deus continue a dar-nos paciência, saúde e proteção. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Piau\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia, inicialmente, vou apresentar uma fita de vídeo, tentando trazer a esta Assembléia o descaso que os Governos Federal e Estadual têm em relação às estradas do Triângulo Mineiro.

Quero que essa mensagem atinja as pessoas que comandam o Estado, ou seja, o Governador, o Secretário de Obras, o Diretor do DER, mostrando para toda Minas Gerais como está a situação do Triângulo Mineiro no que se refere à péssima qualidade das estradas. Solicito que o vídeo seja apresentado, a fim de que todos fiquem cientes da realidade das estradas do Triângulo Mineiro.

- Procede-se à exibição do vídeo.

O Deputado Paulo Piau\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, a fita, por si só, mostra o quanto aquela região está carente de atenção dos Governos Federal e Estadual. Aliás, gostaria muito de agradecer à Prefeitura de Iturama, que, por intermédio do Prefeito, Waldecir Pichioni, gentilmente nos cedeu essas imagens. Com certeza, está dando sua parcela de contribuição para todo o Triângulo Mineiro, sobretudo para o Pontal, para que possamos buscar uma solução.

Fica aqui o nosso apelo ao Governador Itamar Franco, ao Secretário de Obras e ao DER para que se conclua o processo de recapeamento dessa rodovia, fundamental para o desenvolvimento do nosso Triângulo Mineiro, sobretudo do seu Pontal.

Na MG-255, no trecho que liga Frutal a Iturama, não adianta mais fazer reparos, tapa-buracos. Grande parte do seu leito e do seu subleito já estão perdidos. Segundo orientação técnica, alguns trechos deverão ser totalmente reconstituídos, pois nem o recapeamento resolve o problema daquela parte da estrada.

Quero mostrar também o desperdício de recursos públicos. Uma estrada absolutamente fundamental, com trânsito intenso, como foi visto, se mantida conveniente e tecnicamente, é claro que não teria necessidade de ser recapeada ou refeita em alguns trechos. Assim, mais dinheiro público poderia estar sendo empregado em ações sociais, ao invés de ser empregado no desmando e no descaso das autoridades, lamentavelmente.

Como podem ver, na opinião de todos a quem perguntamos, na Capital mineira, o Triângulo Mineiro é rico. Diria a vocês que o Triângulo Mineiro é rico, sim, e também o Alto Paranaíba, mas há a necessidade da atenção dos Governos, porque não adianta ter o potencial para produzir se, numa estrada dessa natureza, o custo do frete aumenta 30%, 40%, 50% a mais, encarecendo os custos de produção e, evidentemente, encarecendo até mesmo os alimentos na mesa das pessoas, inclusive na nossa Capital. Quero reafirmar que o Triângulo Mineiro, conforme discussão nesta Casa, contribui com 17% da receita do Estado, e, infelizmente, este só devolve para as regiões do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba um percentual de 3,75%. Poderíamos até pensar que estamos fazendo uma distribuição de renda, que se está investindo em outras regiões que não sejam o Triângulo, mas o Triângulo é uma região produtiva, e, se o Governo de Minas e o Governo Federal não tiverem atenção com aquela região, evidentemente, a produção vai ficando sem competição, e, é claro, cada dia mais os produtores e os empresários ficarão sem condições de investir, e até mesmo correndo para outros Estados, deixando Minas sem emprego e sem geração de riqueza. Concedo um breve aparte ao Deputado Carlos Pimenta.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Em primeiro lugar, quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento e pelo zelo que V. Exa. teve ao exibir essa fita para toda Minas Gerais, mostrando o que acontece no Triângulo Mineiro, que é realmente uma região diferenciada. Se acontece isso lá, imagine V. Exa. o resto do Estado, principalmente no que diz respeito à malha rodoviária federal. Esse mesmo sentimento de V. Exa., Deputado Paulo Piau, também estamos sentindo e já o externamos ao longo deste ano, pelo descaso do Governo Federal com a BR-135. É a principal BR, que liga todo o Sudeste ao Nordeste brasileiro, não vou dizer nem ao Norte de Minas. Essa BR foi motivo de muita discussão, mas também foi motivo de muita dor, pelos acidentes com vítimas fatais, por pessoas que perderam suas vidas, como professores da UNIMONTES. Tanto eu como outros Deputados, desta mesma tribuna, manifestamos nossa indignação pelo descaso com a BR-135. Agora que as chuvas estão acabando, fizeram um tapa-buraco, e tenho certeza absoluta de que, se não houver uma tomada de posição firme, forte e objetiva, no próximo ano vamos relatar e chorar nossas dores desta tribuna. Comungamos com V. Exa. o mesmo sentimento. Agora que as chuvas acabaram, que passaram uma borra de asfalto, tapando buracos, entendo que temos que começar um movimento forte, mostrando ao Governo a sua responsabilidade e responsabilizando o Governo Federal pelas vítimas que certamente existirão, pelos acidentes causados e pelas mortes por falta de cuidado e por irresponsabilidade para com o povo mineiro. Parabéns pelo seu pronunciamento.

O Deputado Paulo Piau\* - Agradeço ao Deputado Carlos Pimenta. Concordamos que a BR-135, que liga Belo Horizonte a Montes Claros, realmente se encontra numa situação caótica.

Como representantes, temos de zelar pelas vidas que passam por aquela estrada, pelos enfermos, pelos doentes que são transportados ali, até mesmo pela falta de recursos hospitalares no Pontal do Triângulo Mineiro, pelos alunos que passam, como vimos na fita. Enfim, está faltando respeito à vida dos triangulinos, principalmente os do Pontal.

Quero fazer um apelo ao Governador Itamar Franco, que esteve em Frutal há mais ou menos 30 dias, onde assinou uma ordem de serviço. A estrada já está com a licitação pronta desde o Governo passado, mas lá ele assinou e comprometeu-se a autorizar as empresas. São quatro trechos, de Frutal até Porto Alencastro, para serem recapeados. Portanto, fazemos esse apelo. Para nossa surpresa, estivemos no DER, na semana passada, e esses contratos estão suspensos, com a alegação de que havia licitações superfaturadas.

É lamentável ver a corrupção grassando por todos os campos da vida nacional, não só em Minas, como também no Brasil. Portanto, queremos fazer apelo para que o DER ajuste essas licitações porque não queremos obras superfaturadas, e que faça um trabalho mínimo para que o Triângulo Mineiro possa dar respeito às pessoas que ali moram e possa usar o seu potencial produtivo na agropecuária, na agroindústria, nos serviços, no turismo, e, evidentemente, contribuir para o nosso Estado e para o nosso País.

Fica aqui o nosso apelo veemente para que as autoridades federais e estaduais olhem pela região do Triângulo Mineiro.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Dimas Rodrigues - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, visitantes que ocupam as galerias, imprensa, assessoria da Casa, recentemente tivemos o prazer de receber, em Janaúba, a visita de autoridades ligadas ao turismo.

A Secretaria de Turismo entregou aos Prefeitos de diversos municípios do circuito dos vales do São Francisco e do Jequitinhonha e do Norte de Minas os selos que fazem parte do programa de desenvolvimento turístico dos municípios mineiros.

O reconhecimento, pela EMBRATUR, do potencial turístico dos municípios norte-mineiros é resposta aos incansáveis apelos da bancada norte-mineira nesta Casa.

Inúmeras vezes tenho ocupado a tribuna desta Casa para levar ao público as nossas dificuldades, seja no campo da segurança, seja na saúde, na educação, na necessidade de implantação de programas de geração de emprego e renda.

Mas tenho procurado salientar as nossas potencialidades. O Norte de Minas é responsável por grandes projetos de irrigação, vem se despontando como exportador de frutas em potencial, mas conta com um instrumento de fundamental importância para a incrementação de seu desenvolvimento, a indústria do turismo.

Finalmente, o reconhecimento de que os nossos municípios apresentam vocação para a atividade turística é um passo importante.

Mas é importante também que os setores responsáveis desenvolvam projetos específicos na formação de profissionais técnicos do turismo e promovam a formação da consciência da população, despertando lideranças políticas, comunitárias, organizações não governamentais, para a importância da valorização desse setor.

A população precisa se conscientizar de que o turismo é indústria viável na região Norte de Minas. E esse é um trabalho pedagógico. Alguém precisa repassar esta mensagem de forma sistemática para as nossas comunidades que apresentam condições favoráveis ao desenvolvimento do turismo. Daí, a importância de escolas especializadas, da necessidade de palestras articuladas, da necessidade de participação mais assídua da Secretaria de Turismo e dos responsáveis por esse segmento.

Foi importante, com certeza, para municípios como os de Janaúba, Porteirinha, Nova Porteirinha, Montezuma, Rio Pardo de Minas, Cristália, Francisco Sá, Miravânia e tantos outros o reconhecimento de serem municípios prioritários para o desenvolvimento turístico.

Como disse antes, o primeiro passo já foi dado. Resta, entretanto, dar prosseguimento aos trabalhos, para concretizar a formação de um grande pólo turístico na região Norte de Minas. E nesse sentido queremos trazer a nossa palavra de agradecimento ao Governo do Estado, que dá mostras de que o Norte de Minas, o vale do São Francisco e o vale do Jequitinhonha não estão esquecidos, integram a lista de prioridades do Governo, sobretudo no campo do turismo.

Quero registrar, mais uma vez, o meu apelo para que o Governo priorize o asfaltamento do trecho que liga a BR-122 ao balneário Bico da Pedra em Janaúba, priorize o asfaltamento que liga Mato Verde a Montezuma e Rio Pardo de Minas e que encontre uma forma de investir em Montezuma, que, como tenho assinalado várias vezes, possui águas quentes e é um município com grande potencial, dadas essas suas condições naturais. Da mesma forma, outros municípios como os de Serranópolis de Minas, Miravânia, Porteirinha, com belas cachoeiras e muitas outras atrações que estão ainda ocultas, precisam ser revelados para a comunidade mineira e para o Brasil.

A revitalização do turismo é uma fonte de retorno certo, com capacidade de geração de muitos empregos, trazendo como consequência a melhoria da qualidade de vida das comunidades.

Quero, Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores que ocupam as galerias, cumprimentar o Deputado Paulo Piau pela sua fala. Realmente o vídeo que passou aqui é o retrato do descaso do Governo Federal com Minas Gerais. Não só as estradas do Sul de Minas estão esburacadas e sem condições de tráfego: nossas estradas do Norte de Minas também estão praticamente intransitáveis. Então, Deputado Paulo Piau, o Governo Federal tem de dar a Minas melhores condições. Temos de ser respeitados. Somos o 2º maior Estado da Federação em termos de eleitorado e arrecadação.

Sr. Presidente, agradeço a todas as autoridades que nos orgulham com sua presença nesta Casa.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior (em aparte) - Gostaria apenas de parabenizar V. Exa. pelo conteúdo do seu pronunciamento. V. Exa. é um lutador pelo Norte e vem fazendo um bom trabalho, antes, como Prefeito e, agora, como Deputado Estadual atuante, na luta pelo Norte de Minas, V. Exa. sabe o que é comandar e sabe perfeitamente como o povo da sua região vem sofrendo. O povo vem sofrendo com o descaso, principalmente, com as rodovias da região que V. Exa. representa. Quando V. Exa. comentava comigo que chegou a hora de brigar, lutar e de perder a paciência, acho que está certo e que tem de fazer isso mesmo. Como já foi uma vez, tem de ir novamente a Brasília para lutar. Tem de dizer: "Sr. Presidente, V. Exa. está saindo agora, mas o nosso Norte, as nossas estradas estão abandonadas". Parabenizo V. Exa. por essa preocupação, por essa cobrança e, acima de tudo, pelo reconhecimento da população, que tantos votos destina a V. Exa. naquela região do Estado. Parabéns, Deputado Dimas Rodrigues, e que Deus continue te protegendo!

O Deputado Dimas Rodrigues - Deputado Alencar da Silveira Júnior, quero cumprimentá-lo pela sua fala, como brilhante parlamentar, grande representante de Itabirito, grande representante de Minas Gerais. Deputado Alencar, para nós, que somos do Norte de Minas, eu e o Deputado Carlos Pimenta, fica até difícil parar nas estradas da nossa região, porque nossos amigos e eleitores nos cobram o fato de nossas estradas estarem praticamente intransitáveis, e não podemos fazer nada porque essas estradas pertencem ao Governo Federal.

As estradas que pertencem ao Governo do Estado têm buracos, mas estão melhores que nossas estradas federais. Obrigado, Deputado Alencar da Silveira Júnior, por suas palavras.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, público que nos vê pela TV Assembléia e que nos acompanha das galerias, Minas Gerais, em especial Belo Horizonte, acordou assustada nesta madrugada. Segundo informações noticiadas pelos veículos de comunicação, em especial a imprensa falada, um grupo de marginais, que teria vindo de São Paulo e estaria ligado ao primeiro comando da Capital - o PCC - invadiu a residência de um Gerente do Banco Itaú, fazendo-o refém. Os marginais aguardavam o amanhecer do dia para a consumação de assalto ao Banco, utilizando-se da pessoa do Gerente. Prontamente, a nossa querida corporação da PMMG agiu, entre meia noite e 1 hora da manhã, quando uma de suas viaturas se encontrou com a quadrilha na região da cidade industrial, próximo à Praça da CEMIG. Infelizmente, numa troca de tiros, tivemos um companheiro da PM morto, defendendo a população mineira. No embate, dois marginais foram mortos, e cinco, presos, todos pertencentes a uma quadrilha muito bem armada, que utilizava fuzis AR-15, que sequer são fabricados no Brasil. O fuzil AR-15 é um tipo de armamento utilizado em assalto a carro forte porque seu poder de fogo ultrapassa a blindagem do referido carro. Nossos companheiros, utilizando viatura básica da PM, com dois ocupantes, numa ronda de rotina, trombam com uma quadrilha extremamente armada, em posição absolutamente desigual. Mas, mesmo assim, mesmo com o sacrifício da própria vida, conseguiram mudar o quadro, apesar da morte de mais um herói em defesa da sociedade. Um companheiro foi tombado no exercício de sua atividade, dando a proteção que nossa querida população merece. O revólver 38, utilizado pela PM, no patrulhamento diário, não mais faz frente ao armamento utilizado pelo crime organizado, pela marginalidade. Na semana passada, tivemos a notícia de que marginais invadiram delegacia no Estado de São Paulo, executando friamente três policiais civis, que não tiveram a menor condição de reação. Chamamos a atenção da sociedade para

dizer que a luta é de todos nós. Os Policiais estão cumprindo seu papel, mas não podemos permitir que fatos como esses ocorram nas terras mineiras, onde nossa polícia sempre procurou buscar os melhores resultados em prol da comunidade.

O Deputado Amílcar Martins (em aparte)\* - Deputado Sargento Rodrigues, quero apartear-lo para solidarizar-me com V. Exa. nesse pronunciamento. É absolutamente inaceitável a perda de uma vida humana que se sacrifica perante adversários num embate desigual. É o crime organizado de outros Estados que vem nos atacar de forma covarde, vil. É preciso que haja reação de todos nós, de todos os policiais, das autoridades e de toda a população. Se não reagirmos agora a próxima vítima poderá ser o seu parente, o seu vizinho ou você mesmo.

Quero solidarizar-me com V. Exa. e dizer que, infelizmente, neste momento em que acontecem essas questões de segurança no Estado, nesse momento em que várias pessoas estão morrendo por falta de leitos de CTI no Estado, o Governador Itamar Franco está cuidando de sua candidatura. Onde está, em Minas Gerais, em São Paulo, em Brasília? Queremos pedir ao Governador que ponha a mão na consciência e assumo, ainda que nos últimos meses, o Governo de Minas para ajudar a V. Exa., que é um combativo militar e está empenhado na questão da segurança. Que o Governador dê o seu exemplo e que esteja ao lado de V. Exa. e de todos nós.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Nobre Deputado, lamentamos a morte de mais um policial em Minas, da forma como aconteceu. A Polícia perde um dos seus, mas demonstra uma eficiência que já conhecemos. Minas Gerais é um Estado em que, graças à Polícia Civil e Militar, podemos nos sentir seguros.

Deputado Sargento Rodrigues, queria convidá-lo, como Deputado e como representante da segurança pública em Minas Gerais, para importante reunião que vai acontecer no dia 4 de abril, em Montes Claros com membros da Secretaria de Estado da Justiça, que estarão debatendo a instalação do Centro de Reeducação do Menor. Já há alguns anos estamos batendo nessa mesma tecla, solicitando do Governo do Estado e do Governo Federal a liberação dos recursos para a construção dessa escola, que deverá atender aos jovens que estão no caminho da delinquência, da criminalidade. E essa primeira escola será construída em Montes Claros, região que necessita e não tem instituição dessa natureza.

Fica o meu convite extensivo a todos os Deputados, para que possamos ouvir os técnicos da Secretaria da Justiça e os Vereadores de Montes Claros. Parabéns pelo seu pronunciamento. Muito obrigado.

O Deputado Sargento Rodrigues - Agradeço as palavras do companheiro Carlos Pimenta, do PDT, legítimo representante, em especial, da região Norte. Faremos todo o possível para estar junto a V. Exa., somando esforços, para que, verdadeiramente, Montes Claros possa não só instalar, como também discutir segurança pública permanentemente. Estamos tentando mudar esse quadro dentro da Assembléia de Minas e auxiliar o Congresso Nacional nas medidas que estão sendo tomadas.

Por falar em Congresso Nacional, nessa ocorrência foram apreendidos 5 fuzis AR-15 e 1 fuzil 762, armas de grande poder de fogo, além de 3 pistolas semi-automáticas, 500 cartuchos e carregadores de fuzil AR-15, rádios transmissores HT, que são utilizados apenas pela polícia e que estavam em mãos de bandidos.

Constatamos que essas quadrilhas estavam bem equipadas e preparadas para a prática do crime organizado. Seqüestraram um Gerente do Banco Itaú e iriam utilizá-lo para facilitar o assalto ao Banco.

Sofremos a perda do policial Antônio Caetano Gandra, Cabo da PM, da 26ª Companhia do 18º Batalhão, que fica em Contagem, RMBH. Ressalto que, se esses fuzis tivessem sido apreendidos em poder de um cidadão que não tivesse praticado assalto a Banco ou seqüestro, infelizmente haveria apenas a prisão por porte ilegal de armas. Os policiais entregariam a ocorrência, seria lavrado o auto de prisão em flagrante e, duas horas depois, os cidadãos sairiam porta a fora, depois da chegada do advogado e do pagamento da fiança. Infelizmente, o advento da Lei nº 10.259 tornou isso possível. Temos que discutir, com a máxima urgência, o que se propõe em Brasília, a fim de que o porte ilegal de armas tenha pena severa, maior do que a pena mínima de dois anos, e seja inafiançável. Assim, quando os policiais realizarem "blitz" e prenderem marginais armados, evitaremos que saiam duas horas depois de serem autuados.

Há imensa necessidade de se discutir segurança pública no Congresso Nacional, na Assembléia de Minas e nas Câmaras Municipais, porque essa luta é de todos. Já ocupei esta tribuna, várias vezes, para dizer que esse tema requer ação conjunta. Sou o primeiro signatário da Proposta de Emenda à Constituição nº 33, que trata da integração do aparelho policial, ou seja, da Polícia Civil e da Polícia Militar, mas que, infelizmente, não tem tido a acolhida necessária.

Fica aqui um apelo ao Presidente da Casa, no sentido de que coloque a matéria, imediatamente, em pauta. Esses marginais estavam sendo investigados pela Delegacia de Roubo a Bancos de Betim, segundo notícias da rádio Itatiaia, por causa do episódio de invasão a um sítio em Betim, mas a Polícia Militar não tinha conhecimento dessas investigações. O contrário também acontece. Ora a Polícia Militar desenvolve a operação, sem o conhecimento da Civil, ora a Polícia Civil desenvolve a operação, sem o conhecimento da Militar.

E onde está a Força Tarefa, que se reuniu no episódio da morte do Promotor Francisco José Lins do Rego? Quero ver se o policial que foi morto e outros cidadãos que também foram vítimas no enfrentamento diário da criminalidade trarão a integração das duas polícias, farão com que se dêem as mãos para o combate ao crime. Quero ver também se as autoridades do Executivo Estadual e do Executivo Federal darão a devida atenção ao caso.

Na época do seqüestro da moça no interior de um coletivo, no Rio de Janeiro, o Governo Federal anunciou o plano de segurança pública, que, três meses depois, era engavetado. Com a morte dos Prefeitos e do Promotor, as chamadas foram reacendidas, mas, agora, o assunto começa a cair no esquecimento.

Os veículos de comunicação estão também se acalmando, deixando de publicar as matérias e deixando de buscar a responsabilidade. Faço um apelo para que não tenhamos de ocupar esta tribuna para falar de um companheiro que morreu, vítima dessa escalada da violência, que vem crescendo com o tráfico de drogas e de órgãos em nosso Estado.

Fornecerei um dado extremamente preocupante e alarmante relativo ao Bairro Cabana, na região Oeste de Belo Horizonte. De 1º de janeiro até o presente momento, já foram mortas 16 pessoas, vítimas da disputa de duas gangues daquela favela. Esta Casa tem o dever de votar as matérias relacionadas à segurança pública. Os comandos da PM e da Polícia Civil têm a obrigação moral, até mesmo para surtir efeito frente à tropa que comandam, de desencadear operações de inquietação, de agir preventivamente, evitando que crimes bárbaros como esses voltem a acontecer em nosso Estado. Muito obrigado.

\*- Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores, o meu pronunciamento terá o sentido oposto da fala do Deputado Sargento Rodrigues, que discorreu, com muita propriedade, a respeito da criminalidade e da morte de um policial militar. Darei boa

notícia e, por meio dela, testemunharei um trabalho que o Prefeito Josefino Viana, de Januária, está realizando no Norte de Minas.

Nesse final de semana, em parceria com o Governo do Estado, foi instalado um Centro de Atendimento à Saúde da Mulher. Essa notícia pode não causar muito interesse, mas um Prefeito que luta com muita dificuldade acabou de instalar um centro que atenderá a mais de 40 municípios vizinhos. Esse centro ganhou um mamógrafo de última geração, com a capacidade de fazer cerca de 300 mamografias por mês. Esse instrumento será útil e importante para o combate ao câncer de mama, que mata a mulher e não escolhe idade, posição social e econômica. A região de Januária, de Manga e de Itacarambi terá acesso a esse consultório, composto de dois colposcópios para fazer o exame de prevenção do câncer do útero e de um aparelho cirúrgico de alta frequência, que é a última novidade no combate ao câncer do útero. A mulher não precisa mais ser internada para retirar o útero. No consultório, em caráter ambulatorial, poderá ser submetida à cirurgia das lesões precursoras do câncer. Há um centro de fisioterapia, de nutrição e de acompanhamento e tratamento psicológico da mulher. Esse é o motivo para estarmos enaltecendo o esforço do Prefeito Josefino, dos Vereadores e das autoridades de Januária, que não mediram esforços para, em parceria com o SESC, instalar talvez o mais bem equipado centro de atendimento à mulher do interior do Estado. Essa cidade pobre, localizada em uma região esquecida, dá um exemplo de cidadania, de perseverança e de respeito para com a mulher mineira. Cerca de 2 mil mulheres por mês recorrerão a esse centro de atendimento. Outros grandes municípios poderiam acompanhar esse exemplo da cidade de Januária.

Sabemos o quanto a sociedade e o quanto as autoridades devem à mulher mineira, que tem morrido ainda jovem, porque, de um momento para outro, tem se deparado com um câncer de colo do útero ou de mama que, muitas vezes, já está numa situação em que a medicina nada pode fazer. Parabéns, Prefeito de Januária, parabéns, Governador Itamar Franco. É necessário que exemplos iguais a esse sejam repetidos, principalmente nas cidades-pólo de nosso Estado.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATO DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 12/3/2002, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, observada a estrutura estabelecida pela Deliberação da Mesa nºs 2.179, de 2001, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão e de recrutamento amplo, conforme abaixo discriminado:

Gabinete do Deputado Wanderley Ávila

nomeando Marizete Ramos Paraíso Rocha para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas.

## ERRATAS

### ATA DA 336ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 21/3/2002

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 23/3/2002, na pág. 31, col. 4, sob o título "Leitura de Comunicações", onde se lê:

"1.631/2002", "1.917/2002" e "3.185 a 3.187/2001", leia-se, respectivamente:

"1.631/2001", "1.917/2001" e "3.185, 3.186 e 3.188/2002".

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação de atos da Mesa da Assembléia verificada na edição de 23/3/2002, na pág. 33, col. 3, onde se lê:

"Maria José Canêdo Teixeira Miranda", leia-se:

"Maria José Canêdo Teixeira Moreira".